

1. Informações gerais

A BrasilAgro Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas (“Brasilagro”), (“Companhia” ou “Controladora”) foi constituída em 23 de setembro de 2005 e possui sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1309, em São Paulo e filiais no Brasil nos Estados da Bahia, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais e Piauí e no Paraguai no Estado de Boquerón.

A Companhia participa no capital de outras empresas (“controladas”), conforme Nota 2.1 e, tem como objeto social atividades de:

- exploração da atividade agrícola, pecuária e florestal de qualquer espécie e natureza e prestação de serviços direta ou indiretamente relacionados;
- importação e exportação de produtos e insumos agrícolas e relacionados à atividade pecuária;
- compra, venda e/ou locação de propriedades, terrenos, edificações e imóveis em áreas rurais e/ou urbanas;
- intermediação em operações de natureza imobiliária de quaisquer tipos;
- participação, como sócia, em outras sociedades, simples ou empresárias e em empreendimentos comerciais de qualquer natureza, no Brasil e/ou no exterior, relacionadas direta ou indiretamente aos objetivos aqui descritos, e
- administração de bens próprios e de terceiros.

A Companhia e suas controladas atuam em 9 (nove) fazendas distribuídas em 5 (cinco) estados do Brasil e uma fazenda no Paraguai controlada em conjunto, com área total de 255.888 hectares.

2. Base de preparação e apresentação

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), emitidas pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (“International Accounting Standards Board” – “IASB”), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”), que compreendem as normas emanadas da legislação societária brasileira, bem como os Pronunciamentos Contábeis, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

A Administração da Companhia, afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

O Conselho de Administração da Companhia tem o poder de alterar as Demonstrações Financeiras anuais individuais e consolidadas da Companhia, após a sua emissão. Em 18 de agosto de 2016, a Diretoria, o Conselho Fiscal e Conselho de Administração aprovaram as demonstrações financeiras e autorizaram sua divulgação.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando informado de outra forma, conforme descrito no resumo das principais práticas contábeis.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração não identificou nenhuma incerteza relevante sobre a capacidade da Companhia de dar continuidade as suas atividades nos próximos 12 meses.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas. Também exige que a administração exerça seu julgamento no processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

Os dados não financeiros incluídos nessas demonstrações financeiras, tais como volume de vendas, área total plantada e arrendada, número de fazendas, seguros e meio ambiente, não foram examinados pelos auditores independentes.

Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, em 30 de junho de 2016 e 2015, apresentadas abaixo e na nota de investimento - Nota 11, além do Fundo Exclusivo FIM Guardian.

<u>Controladas</u>	<u>Participação no capital total - %</u>
Jaborandi Agrícola	99,99
Jaborandi	99,99
Cremaq	99,99
Engenho	99,99
Araucária	99,99
Mogno	99,99
Cajueiro	99,99
Cajueiro	99,99
Flamboyant	99,99
Cresca S.A.*	50,00
Fundo Exclusivo FIM Guardian	100,00

*Joint Venture – não consolida e é registrado como investimento e sujeito à equivalência patrimonial.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo consolidadas até a data em que o controle deixar de existir. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas são eliminadas por completo nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os saldos e transações entre as empresas consolidadas foram eliminados no processo de consolidação. Ganhos e perdas decorrentes das transações entre empresas da Companhia são igualmente eliminadas.

2.2. Conversão de moeda estrangeira

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das controladas da Companhia e da própria Companhia sediadas no Brasil são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual essas empresas atuam ("a moeda funcional"), para as quais a moeda funcional e de apresentação é o Real, e o dólar americano para a *Joint Venture* Cresca S.A. ("Cresca"), sediada no Paraguai.

b) Transações e saldos em moedas estrangeiras

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas

estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

c) Empresas do grupo no exterior

Na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, as demonstrações financeiras da *joint venture*, cuja moeda funcional é dólar americano são convertidos para reais como segue: a) Balanço Patrimonial, à taxa de câmbio de encerramento de cada exercício e b) Demonstração de Resultado, à taxa de câmbio média trimestral.

Os ajustes a valor justo nos valores contábeis à aquisição do investimento na Cresca são expressos na moeda funcional da Cresca e convertidos pela taxa de câmbio na data de encerramento de cada exercício.

Os efeitos das variações da taxa de câmbio resultantes dessas conversões são apresentados sob a rubrica “Ajuste de Avaliação Patrimonial” nas Demonstrações da Mutação do Patrim nio Líquido e na Demonstração do Resultado Abrangente.

2.3. Investimentos em controladas e em *joint venture*

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em controladas, e nas individuais e consolidadas, os investimentos em *joint venture*, são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

A *joint venture*   um acordo por meio do qual as partes que tenham controle conjunto, têm direitos aos ativos líquidos da *joint venture*. Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado, existente apenas quando decisões sobre as atividades pertinentes exigirem consentimento unânime das partes.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, com vencimentos de até 90 dias da data de sua contratação e operações compromissadas de curto prazo de alta liquidez, para os quais inexistem multas ou quaisquer outras restrições para seu resgate imediato junto ao emissor do instrumento.

Os equivalentes de caixa são registrados pelos valores de custo acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedam o seu valor de mercado ou de realização.

Os títulos e valores mobiliários incluem fundos de investimentos exclusivos (FIM Guardian), que são integralmente consolidados, e aplicações financeiras dadas em garantia de empréstimos e financiamentos registrados no ativo não circulante com base nos vencimentos dos empréstimos e financiamentos a que se referem. Adicionalmente, existem operações compromissadas restritas vinculadas ao cumprimento de determinados precedentes contratuais, de natureza rotineira do negócio, celebrados na venda da Fazenda Cremaq.

Considerando a natureza dos instrumentos mantidos pela Companhia, não existem diferenças significativas entre o seu valor contábil e o justo. Os saldos contábeis estão registrados pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstr  es financeiras apurado pelo critério *pro-rata temporis*.

As aplicações em certificados de depósitos e operações compromissadas podem ter prazos de vencimento superior a 90 dias da data e contratação, e podem ter garantia de recompra fornecida contratualmente pela instituição financeira emissora do título, permitindo o resgate dos títulos ao valor investido originalmente mais o juro decorridos sem qualquer penalidade. Esses títulos são classificados equivalentes de caixa. As aplicações em certificados de depósitos que não reúnem condições de resgates sem penalidade são mantidas em títulos e valores mobiliários.

Certos acordos de dívida exigem que a Companhia mantenha títulos e valores mobiliários como garantia para os saldos em aberto. Tais aplicações são vinculadas enquanto mantidas em garantia. A Companhia contabiliza as compras e as vendas de tais aplicações como atividades de investimentos na demonstração de fluxos de caixa.

Os investimentos de renda fixa têm como objetivo a manutenção do valor das disponibilidades detidos pela Companhia e ainda não alocados na atividade rural, sendo os mesmos guiados por uma política aprovada pelo Conselho de Administração.

As demonstrações do fluxo de caixa, no que se referem às atividades de financiamentos e investimentos, incluem apenas as transações que efetivamente tiveram impacto no caixa e equivalentes de caixa.

2.5. Instrumentos financeiros

2.5.1. Classificação e mensuração

Nos exercícios apresentados, a Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias: mensurados a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dos ativos e passivos financeiros é determinada no reconhecimento inicial.

a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros designados pela Companhia como ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se foi adquirido, principalmente: (i) para fins de venda no curto prazo; (ii) se for um derivativo (a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge para fins contábeis) ou, (iii) se a mensuração a valor justo diminui ou elimina alguma inconsistência de mensuração de acordo com a gestão financeira da Companhia.

A Companhia designa certos ativos financeiros no reconhecimento inicial pelo valor justo por meio do resultado. Esta designação não pode ser alterada posteriormente. Estes ativos são representados, principalmente, por títulos e valores mobiliários, derivativos e por recebíveis pela venda de fazendas, que consistem em instrumentos de dívidas reconhecidos no balanço consolidado dentro de "Clientes".

Variações de valor justo relativos aos créditos com a venda de fazendas designados ao valor justo através de resultados são reconhecidos em "Realização do valor presente sobre o saldo de contas a receber" dentro de "Receitas financeiras".

b) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem, contas a receber de clientes, demais contas a receber, títulos e valores mobiliários dados em garantia dos empréstimos e financiamentos e transações com partes relacionadas. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. A amortização do método de juros efetivo é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado.

c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. Esses ativos financeiros incluem instrumentos patrimoniais e de títulos de dívida. Títulos de dívida nessa categoria são aqueles que se pretendem manter por um período indefinido e que podem ser vendidos para atender às necessidades de liquidez ou em resposta às mudanças nas condições de mercado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados, reconhecidos diretamente na reserva de disponíveis para venda dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos no resultado do exercício.

Quando o investimento é desreconhecido ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou perdas cumulativos anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos no resultado.

d) Passivos financeiros

A Companhia reconhece os títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A amortização do método de juros efetivo é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. Os passivos financeiros da Companhia incluem, principalmente, contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, arrendamento financeiro, operações com derivativos e contas a pagar por aquisição.

2.5.2. Reconhecimento

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, acrescido dos custos da transação. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

2.5.3 *Impairment* de ativos financeiros

A Companhia avalia no final de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- (iv) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;

- (v) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras;
- (vi) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante de perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor de perda é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.6. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data da celebração e são posteriormente remensurados pelo seu valor justo. O método de reconhecimento do ganho ou perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como instrumento de *hedge*. A Companhia não designou nenhum derivativo para *hedge accounting*.

Quaisquer ganhos e perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são reconhecidos imediatamente na demonstração de resultado (Nota 22). O valor justo dos instrumentos derivativos está divulgado na Nota 6.

2.7. Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias e fazendas no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber não relacionadas à venda de fazendas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para devedores duvidosos, se necessária.

Contas a receber de clientes relacionados à venda de fazendas, para as quais, o valor a receber é contratualmente determinado em reais, equivalente a uma quantidade de sacas de soja são designadas a valor justo pelo resultado no reconhecimento inicial. Nesses casos o valor das contas a receber é posteriormente remensurado em cada data de balanço, aplicando a quantidade de sacas de soja à cotação da soja para entrega futura na data de vencimento de cada parcela (ou com base em estimativas e cotações de corretores quando não há cotação da soja para entrega futura em uma data específica de vencimento) e multiplicando o valor resultante em dólares pela taxa de câmbio de USD para R\$ para entrega futura também na mesma data de vencimento (considerando-se que as cotações futuras de soja são denominadas em

dólares) e o montante em reais resultante é descontado ao valor presente. O ganho (perda) na remensuração dos recebíveis é reconhecido no resultado financeiro em "Realização do valor presente sobre o saldo de contas a receber" (Nota 22).

2.8. Estoques

Os produtos agrícolas provenientes dos ativos biológicos são mensurados ao valor justo menos as despesas de venda no ponto da colheita, quando são transferidos do grupo de ativo biológico para o grupo de estoques.

Os estoques de sementes, adubos, fertilizantes, defensivos agrícolas, combustíveis, lubrificantes, almoxarifado e materiais diversos foram avaliados pelo custo médio de aquisição.

Conforme práticas adotadas pela Administração, quando da identificação de perda de qualidade dos produtos que comprometam sua venda (sejam estas perdas motivadas por armazenamento, carregamento, transporte e outros eventos relacionados a operação) é feita uma apuração e segregação física da quantidade deste produtos. Neste momento é iniciado um processo interno de registro, aprovação, baixa do estoque e destinação desta quantidade por meio de aprovações dos gestores responsáveis devidamente formalizados no sistema de gestão da Companhia.

A provisão para ajuste de estoque ao valor líquido de realização dos produtos agrícolas é constituída quando o valor justo registrado no estoque for superior ao valor de realização. O valor de realização é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios menos os custos estimados necessários para vendê-los. O ajuste ao valor realizável é reconhecido na demonstração do resultado do exercício a que se refere, na rubrica movimentação de provisão do valor recuperável de produtos agrícolas após a colheita".

2.9. Ativos biológicos

Os ativos biológicos da Companhia e suas controladas correspondem, substancialmente, às culturas de soja, milho, sorgo, cana-de-açúcar e gado bovino. Os mesmos são mensurados pelo valor justo menos as despesas de venda.

Atividade Agrícola

O valor justo dos ativos biológicos é determinado no seu reconhecimento inicial e em cada data de balanço. O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos é determinado pela diferença entre o valor justo e os custos incorridos com o plantio e tratos culturais dos ativos biológicos até o momento da avaliação, sendo registrado no resultado do exercício na rubrica "Movimentação de valor justo de ativos biológicos". Em determinadas circunstâncias, a estimativa do valor justo menos as despesas de venda se aproximam do correspondente valor de custo de formação até aquele momento, especialmente quando apenas uma pequena transformação biológica ocorre desde o momento inicial ou quando não se espera que o impacto dessa transformação sobre o preço seja material. Os ativos biológicos continuam registrados pelo seu valor justo.

As lavouras de cana-de-açúcar possuem ciclo produtivo médio de cinco anos, motivo pelo qual são classificadas como ativo biológico de longo prazo. A metodologia de cálculo utilizada para estimar o valor do ativo biológico "cana" foi o fluxo de caixa descontado à uma taxa compatível com o risco e o prazo das operações. Para tanto projetamos os fluxos de caixa futuros de acordo com o ciclo de produtividade projetado para cada corte, levando-se em consideração a vida útil estimada de cada área, os preços do Açúcar Total Recuperável (ATR), as produtividades estimadas e os correspondentes custos estimados de produção, inclusive o custo da terra e os custos relacionados à colheita, carregamento e transporte para cada hectare plantado.

As lavouras de soja, milho e sorgo são culturas temporárias, nas quais o produto agrícola é colhido após um período de tempo que varia de 110 a 180 dias após a data do plantio, dependendo da cultura, variedade, localização geográfica e condições climáticas. A metodologia de cálculo utilizada para estimar o valor do ativo biológico dos grãos foi o fluxo de caixa descontado à uma taxa compatível com o risco e o prazo das operações. Para tanto, projetamos os fluxos de caixa futuros levando-se em consideração a produtividade estimada, os custos a serem realizados com base no orçamento da Companhia ou com base em novas estimativas internas e os preços de mercado. Esses preços, para as *commodities* que apresentam mercados futuros, foram obtidos a partir das cotações das seguintes bolsas de negociação: Chicago Board of Trade (CBOT), Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F), New York Board of Trade (NYBOT). Para os produtos agrícolas que não apresentam esse tipo de mercado, utilizamos os preços obtidos por meio de pesquisas diretas de mercado ou divulgados por empresas especializadas, a partir dos preços de mercado realizamos os descontos logísticos e tributários correspondentes a fim de encontrar os preços de cada um desses produtos em cada unidade de produção da Companhia.

Conforme citado acima, o valor justo dos ativos biológicos apresentados no balanço patrimonial foram determinados utilizando técnicas de avaliação - método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, sempre que possível, e quando isso não for viável, determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, preço, produtividade e custo de produção. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado nos ativos biológicos.

Atividade Pecuária

Em 14 de junho de 2016, conforme mencionado na Nota 9, a Companhia iniciou a atividade pecuária, que consiste tipicamente em um projeto de produção e venda de bezerros de corte após o desmame, caracterizando-se como atividade de cria.

Para fins de segregação, quando aplicável, classificamos o rebanho bovino em: gado consumível (considerado como circulante), que é aquele passível de ser vendido como ativo biológico para produção de carne, e gado para produção (considerado não circulante), que é utilizado na condução das operações da fazenda com a finalidade de contribuir para a geração de outros ativos biológicos. Na data de fechamento destas demonstrações financeiras, a Companhia possuía apenas gado para produção de carne: bezerras e novilhas.

O valor justo do gado bovino é calculado através do valor de mercado, em virtude da existência de mercado ativo. O ganho ou perda, na variação do valor justo dos ativos biológicos é reconhecido no resultado no período em que ocorre (Nota 9). A Companhia considerou os preços praticados no mercado de gado na região da Bahia e através das métricas utilizadas no mercado. Dessa forma, tanto para o gado consumível, quanto para o gado para produção, a mensuração é baseada na arroba e faixa etária dos animais.

2.10. Propriedades para investimento

A estratégia de negócios da Companhia tem como pilar fundamental aquisição, desenvolvimento, exploração e comercialização de propriedades rurais com aptidão agropecuária. A Companhia adquire propriedades rurais que acredita ter significativo potencial de geração de valor por meio da manutenção do ativo e do desenvolvimento de atividades de agronegócios rentáveis. A partir da aquisição das propriedades rurais, a Companhia, busca implementar culturas de maior valor agregado e transformar essas propriedades rurais com investimentos em infraestrutura e tecnologia, além de celebrar contratos de arrendamentos com terceiros. De acordo com a estratégia, quando julga que as propriedades rurais atingiram um valor rentável, vende tais propriedades rurais para realizar ganhos de capital.

As terras de imóveis rurais compradas pela Companhia são registradas ao custo de aquisição, que não supera seu valor líquido de realização, e estão sendo apresentadas no ativo não circulante. O valor justo de cada propriedade está divulgado na Nota 10.

Edifícios, benfeitorias e aberturas de áreas em propriedades para investimento são avaliadas pelo seu custo histórico menos a depreciação acumulada de acordo com os mesmos critérios descritos para o ativo imobilizado na Nota 2.11.

2.11. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também os custos de financiamento relacionados à aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item fluam para a Companhia e que o custo possa ser mensurado com segurança. Todos os outros custos de reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, cujas taxas anuais de depreciação estão descritas a seguir:

Taxa anual de depreciação %		
	2016	2015
Edifícios e benfeitorias	2-20	2-20
Equipamentos e instalações	10	10
Veículos e máquinas agrícolas	13-20	13-20
Móveis e Utensílios	10	10
Aberturas de áreas	10-20	10-20

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas nas alienações são determinados pela comparação do preço de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais" na demonstração do resultado.

2.12. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são compostos por licença de software e direitos contratuais adquiridos e amortizados durante sua vida útil estimada de 5 anos e de acordo com a prestação de serviços de abertura de área, respectivamente.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

2.13. Impairment de ativos não financeiros

De acordo com as disposições do CPC 01 (IAS 36) – Redução ao Valor recuperável de ativos, propriedades para investimento, ativo imobilizado e ativo intangível são submetidos a testes de perda no valor recuperável sempre que eventos ou alterações em circunstâncias indicarem que seu valor contábil poderá não ser recuperado.

Os ativos que têm vida útil definida são revisados para verificação de indicadores de *impairment* em cada data de balanço e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode

não ser recuperável. Caso exista indicador, os ativos são testados para *impairment*. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo montante em que o custo contábil do ativo excede seu valor recuperável.

Em 30 de junho de 2016 e 2015 não foram identificados indicadores de *impairment* sobre esses ativos.

2.14. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

2.15. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas na obtenção de linhas de crédito são reconhecidas como custos da transação na medida em que seja provável que uma parte ou toda a linha seja utilizada. Nesse caso, as taxas são diferidas até que o desembolso ocorra. Quando houver evidências da probabilidade de desembolso de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 1 ano ou mais após a data do balanço.

2.16. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

Os passivos contingentes decorrentes de obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, ambientais, contratuais, operacionais e de pleitos administrativos e judiciais, são provisionados pelo seu valor estimado quando a probabilidade de perda é considerada provável (Nota 3.a).

2.17. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro real anual, exceto para a atividade rural que é de até 100% do lucro real anual. Não há prazo de prescrição para o saldo de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

Conforme facultado pela legislação tributária no Brasil, certas controladas optaram pelo regime de lucro presumido. Para essas sociedades, a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social é baseada no lucro estimado apurado à razão de 8% e 12% sobre as receitas brutas, respectivamente, sobre o qual se aplica as alíquotas nominais do respectivo imposto e contribuição.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda diferido é reconhecido pelo efeito futuro estimado das diferenças temporárias e dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. É reconhecido um passivo de imposto de renda diferido para todas as diferenças tributárias temporárias, enquanto que o imposto de renda diferido ativo é reconhecido apenas na extensão em que seja provável que exista lucro tributável contra o qual a diferença temporária possa ser utilizada. Os ativos e passivos tributários diferidos são classificados como de longo prazo. O imposto de renda relativo a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido no exercício em curso ou em exercício anterior são reconhecidos diretamente na mesma conta.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para a determinação desses créditos diferidos são de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social (Nota 15).

2.18. Benefícios a empregados

a) Remuneração com base em ações

A Companhia possui plano de remuneração com base em ações, liquidados com ações, segundo os quais a Companhia recebe os serviços dos empregados como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido (opções) da Companhia.

O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa durante o exercício no qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas.

Os valores recebidos, quando do exercício das opções, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social (valor nominal) e na reserva de capital, se aplicável.

b) Participação nos lucros

A Companhia oferece aos colaboradores um programa de participação nos resultados, nos termos do qual todos os colaboradores têm o direito de receber bônus anuais com base nos resultados financeiros e operacionais consolidados da Companhia, e também sobre os objetivos pessoais definidos para cada colaborador individualmente.

2.19. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

2.20. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia, ou ainda arrendamentos. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre subsidiárias da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as características de cada venda.

a) Venda de produtos

A receita por venda de grãos e por venda de cana-de-açúcar é reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade das mercadorias são transferidos para o comprador, geralmente quando os produtos são entregues ao comprador no local determinado, conforme os termos de venda acordados.

No caso dos grãos, a Companhia geralmente realiza contratos de venda para entrega futura que determinam que o preço pode ser fixado pela Companhia, para o volume total ou parcial vendido, até o momento da entrega, de acordo com fórmulas estabelecidas contratualmente. Em certos casos, a fórmula estabelecida contratualmente determina um preço fixado em dólares estadunidenses. O valor em reais é determinado, também contratualmente, com base na taxa de câmbio vigente alguns dias antes da data de liquidação financeira. O preço também pode ser ajustado por outros fatores tais como umidade e outras características técnicas dos grãos.

Quando os grãos são entregues, a receita é reconhecida com base no preço fixado com cada comprador considerando a taxa de câmbio em vigor na data da entrega. Após a entrega dos grãos ao destinatário, avalia-se a qualidade e o peso final, determinando assim o preço final da operação, e ajustando-se os valores contratuais por tais fatores assim como pela variação na taxa de câmbio até a data da liquidação.

b) Receita com venda de fazendas

Vendas de fazendas não são reconhecidas no resultado até que (i) a venda seja concluída, (ii) a Companhia determine que o pagamento por parte do comprador seja provável, (iii) o valor da receita possa ser mensurado de forma confiável, e (iv) a Companhia tenha transferido ao comprador os riscos de posse, e não detenha mais qualquer envolvimento.

O valor do resultado com venda da fazenda é apresentado na demonstração do resultado como "Ganho com venda de fazenda" pela diferença entre o valor da contraprestação pela venda e o valor contábil da fazenda vendida.

c) Receita de arrendamentos operacionais

As receitas de arrendamentos operacionais de terras são reconhecidas linearmente no prazo do arrendamento. Quando o preço de arrendamento está definido em quantidade de produtos agrícolas ou gado, o valor do arrendamento é reconhecido considerando a cotação do produto agrícola ou pecuário vigente na data de fechamento do balanço ou na data estabelecida contratualmente, conforme o caso. Os valores recebidos antecipadamente a título de arrendamento, quando aplicável, são reconhecidos no passivo circulante na rubrica "Outras obrigações". Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais.

2.21. Receitas e despesas financeiras

Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de contratos de empréstimos e financiamentos, aplicações financeiras, clientes, variação monetária e cambial ativa e passiva, ganhos e perdas pela mensuração ao valor justo de derivativos e contas a receber pela venda de fazendas, assim como descontos obtidos de fornecedores pelo pagamento antecipado de duplicatas.

2.22. Arrendamentos

A Companhia tem efetuado arrendamentos de fazendas os quais foram classificados como operacionais na medida em que uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador e arrendamentos de plantações de cana-de-açúcar, classificados como arrendamentos financeiros, na medida em que uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é transferida ao arrendatário. As

despesas com arrendamento são inicialmente contabilizadas como parte dos ativos biológicos e contabilizadas como custo de venda dos produtos agrícolas no momento da venda.

Os pagamentos desses arrendamentos tem seu valor baseado na cotação futura da soja ou cana-de-açúcar e por tanto não tem um valor fixo, mas seu valor depende da cotação da soja numa data futura são considerados pagamentos contingentes.

2.23. Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados em Assembleia Geral, conforme proposta apresentada pelo Conselho de Administração. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.24. Ajuste a valor presente - de ativos e passivos

Os elementos integrantes do ativo e do passivo, decorrentes de operações de longo prazo ou de curto prazo, quando houver efeito relevante, são ajustados a valor presente.

Desse modo, determinados elementos integrantes do ativo e do passivo são ajustados a valor presente, com base em taxas de desconto, as quais visam refletir as melhores estimativas, quanto ao valor do dinheiro no tempo.

A taxa utilizada de desconto varia de acordo com as características do ativo ou passivo em questão. Ou seja, ela dependerá do risco, prazo, especificidade do referido item. Tem como fundamento e premissa a taxa média dos financiamentos e empréstimos obtidos pela Companhia, líquidas do efeito inflacionário.

2.25. Resultado por ação básico e diluído

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido disponível aos acionistas ordinários pelo número médio ponderado de ações ordinárias em aberto durante o exercício.

O resultado diluído por ação é computado de forma semelhante ao básico, exceto que as ações em circulação são adicionadas, para incluir o número de ações adicionais que estariam em circulação se as ações com potencial de diluição atribuíveis às opções de compra de ações e bônus de subscrição tivessem sido emitidas durante os respectivos exercícios, utilizando o preço médio ponderado das ações.

2.26. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa, emitido pelo CPC. As demonstrações do valor adicionado são preparadas e estão apresentadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do valor adicionado, emitido pelo CPC.

Os juros pagos e os dividendos recebidos são classificados como fluxo de caixa de financiamento e fluxos de caixa de investimentos, respectivamente, pois são custos de obtenção de recursos financeiros e retorno sobre os investimentos, e não são considerados atividades operacionais para a Companhia.

2.27. Novas normas, alterações e interpretações de normas.

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações

financeiras estão abaixo apresentadas. A Companhia está avaliando potenciais impactos destas normas em suas demonstrações financeiras a findar-se em 30 de junho de 2017.

Na data de elaboração das Demonstrações Financeiras, as seguintes alterações nas IFRS haviam sido publicadas, porém não eram de aplicação obrigatória:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros: Tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros, que estão atualmente no escopo do IAS 39, em duas classificações: custo amortizado e valor justo; (iii) as categorias de disponíveis para venda e mantidos até o vencimento das IAS 39 foram eliminadas; e (iv) o conceito de derivativos embutidos da IAS 39 foi extinto pelos conceitos desta nova norma. A norma entrará em vigor em 1º de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando o impacto nas suas demonstrações financeiras.
- Alterações à norma IFRS 11: Contabilização de Aquisições de Participação em Empreendimentos Conjuntos. As alterações são aplicáveis a partir de exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016. A Companhia está avaliando se essas alterações trarão algum impacto em suas demonstrações financeiras.
- IFRS 15 - Receita de contratos com clientes: A nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela deverá ser reconhecida. A norma é efetiva para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando o impacto nas suas demonstrações financeiras.
- IFRS 16 - Leasing: Estabelece que os arrendamentos sejam reconhecidos no balanço patrimonial do arrendatário, sendo registrado um passivo para pagamentos futuros e um ativo intangível para o direito de uso. A definição de arrendamento abrange todos os contratos que dão direito ao uso e controle de um ativo identificável, incluindo contratos de locação e, potencialmente, alguns componentes de contratos de prestação de serviços. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia está avaliando o impacto nas suas demonstrações financeiras.
- IAS 16 - Imobilizado e IAS 41 - Agricultura. A principal alteração é que os ativos biológicos para produção (bearer assets), como as soqueiras de cana-de-açúcar, estão fora do escopo do IAS 41 e devem ser contabilizados de acordo com o IAS 16, ou seja, custo menos exaustão acumulada e eventualmente perdas por impairment. O ativo biológico consumível, como cana em pé e frutos, até que sejam colhidos, devem ser mensurados ao valor justo e continuam no escopo do IAS 41.

Essa alteração impactará as demonstrações financeiras da Companhia. Os respectivos efeitos estão sob análise e serão divulgados no primeiro trimestre do próximo exercício.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e outros fatores, entre os quais expectativas de acontecimentos futuros considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

a) Demandas judiciais

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota 24. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis (obrigação presente, resultante de evento passado e provável saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação, com estimativa confiável de valor). A avaliação da probabilidade de perda inclui a opinião dos consultores jurídicos externos. A administração acredita que essas demandas judiciais estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

b) Ativos biológicos

O valor justo dos ativos biológicos apresentados no balanço patrimonial (Nota 9) foi determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, sempre que possível, e quando isso não for viável, determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados como, por exemplo, preço, produtividade, custo de plantio e custo de produção. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo reconhecidos para ativos biológicos.

Um aumento ou redução de 1% na produtividade esperada da cana de açúcar e dos grãos resultaria num aumento ou redução no valor do ativo biológico de R\$861 e um aumento ou redução de 1% no preço da cana e dos grãos resultaria num aumento ou redução no valor do ativo biológico de R\$1.297.

c) Propriedades para investimentos

O valor justo para propriedades para investimento divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras foi obtido por meio de avaliação elaborada internamente pela Companhia.

A avaliação foi efetuada por meio de normas praticadas pelo mercado considerando a caracterização, localização, tipo de solo, clima da região, cálculo das benfeitorias, apresentação dos elementos e cálculo de valores de terrenos, que podem sofrer variações relacionadas a essas variáveis.

Metodologia utilizada

Em 30 de junho de 2016, foi realizada a avaliação das propriedades para investimentos, onde foi aplicada a metodologia de análise comparativa ajustada pelas suas respectivas características:

- i) O trabalho de avaliação utilizou como base, entre outras, as seguintes informações: (i) localização das fazendas, (ii) área total e seus respectivos percentuais de abertura e utilização;
- ii) O valor de mercado apresentado para a fazenda corresponde à parcela de terra nua, para pagamento à vista, não incluindo máquinas, equipamentos, implementos agrícolas, culturas. O fator de correção do solo (preparação da terra para plantio) foi considerado na ponderação dos preços;
- iii) O valor das terras destinadas à agricultura, na região pesquisada, tem como referência o preço da saca da soja. Os valores unitários das fazendas à venda (pesquisas de mercado) foram obtidos em sacos de soja por hectare. Sendo assim, o valor em reais (R\$) da propriedade varia diretamente em razão da variação do preço da soja; e
- iv) O preço da soja considerado na data-base do trabalho, 30 de junho de 2016, foi de R\$57,10 e R\$55,80 para as regiões de Barreiras, estado da Bahia e R\$56,36 para as regiões de Alto Taquari e Mineiros, estados de Goiás e Mato Grosso, respectivamente. Este valor representa uma média entre valores arbitrados pelo mercado imobiliário da região em razão da grande instabilidade do valor da saca da soja.

d) Imposto de renda diferido

A Companhia reconhece ativos e passivos diferidos, conforme descrito na Nota 15, com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. A Companhia revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica elaborado pela Companhia.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Fatores de risco financeiro

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo principalmente caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, contas a receber pela venda de fazendas, transações entre partes relacionadas, contas a pagar a fornecedores, contas a pagar pela compra de fazendas, empréstimos e financiamentos e instrumentos derivativos.

Determinadas operações da Companhia estão expostas a riscos de mercado, principalmente com relação às variações de taxas de câmbio, taxas de juros e de variações de preços das *commodities* agrícolas. Em função disso, a Companhia também opera com instrumentos financeiros derivativos utilizados como proteção de safra ou componentes de balanço, dependendo da natureza da operação.

Considerando a natureza dos instrumentos, excluindo-se os instrumentos financeiros derivativos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a 12 meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

4.2. Políticas aprovadas pelo Conselho de Administração para a utilização de instrumentos financeiros, incluindo derivativos

A Companhia possui as seguintes políticas que orientam suas operações em relação aos instrumentos financeiros, as quais estão aprovadas pelo Conselho de Administração: (i) política de investimento que orienta as aplicações do caixa da Companhia, observando riscos das contrapartes, dos instrumentos de crédito e de liquidez, entre outros; (ii) política de instrumentos financeiros derivativos que orienta a administração das exposições da Companhia aos riscos de moedas, taxas de juros e índices e de valor de *commodities* agrícolas, sempre relacionando os instrumentos financeiros derivativos a um ativo ou passivo gerador da exposição; e (iii) política de risco, que contempla itens não endereçados na política de investimento ou na política de instrumentos financeiros derivativos ou ainda relacionado à proteção do fluxo de caixa futuro tais como comercialização da produção futura de commodities.

a) Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, clientes, crédito por venda de fazendas, empréstimos com partes relacionadas e contas a pagar. Os valores contabilizados aproximam-se do valor justo estimado.

b) Empréstimos e financiamentos. O valor contábil dos empréstimos e financiamentos em reais tem suas taxas fixas ou atreladas à variação da TJLP, Selic e Variação Cambial e aproxima-se do valor justo. A Diretoria-Executiva reporta as operações contratadas nas reuniões do Conselho de Administração.

4.3. Análise de exposição a riscos de ativos e passivos financeiros

a) Riscos com taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzem valores nominais aplicados de ativos ou aumentam os valores devidos de passivos. Esse risco também decorre dos compromissos de venda de produtos existentes em estoque ou ainda em formação com preços a serem fixados, preços esses que variam dependendo da taxa de câmbio.

b) Riscos com taxa de juros e índices

Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou índices que aumentem as despesas financeiras relativas aos contratos de aquisições de terras, indexados pelo IGP-M (FGV).

c) Riscos com *commodities*

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido a oscilação nos preços de mercado dos produtos agrícolas.

4.4. Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos e de utilização de instrumentos derivativos

A gestão de riscos financeiros é de responsabilidade da Diretoria-Executiva, a qual avalia a exposição aos riscos de taxa de câmbio, taxa de juros e índices e de valor de *commodities* agrícolas existentes nos ativos, passivos e operações previstas da Companhia. Perante a exposição a tais riscos, a Administração da Companhia avalia a conveniência, custo e disponibilidade no mercado de instrumentos financeiros derivativos que permitam reduzir a exposição a tais riscos. Efetuada tal avaliação, a contratação de instrumentos financeiros derivativos é decidida pela Diretoria dentro dos parâmetros previamente aprovados nas políticas antes referidas e reportada ao Conselho de Administração em suas reuniões.

4.5. Riscos associados a cada estratégia de atuação

O uso de instrumentos derivativos com objetivo de proteção que reduz os riscos de alterações nos fluxos de caixa decorrentes dos riscos cambiais, riscos de taxas de juros e de índices de preços, e riscos de preços de *commodities* agrícolas, que atualmente são soja e milho.

No entanto, a mudança no valor justo do instrumento financeiro derivativo pode ser diferente da mudança nos fluxos de caixa ou no valor justo dos ativos, passivos ou transações previstas que estão sendo cobertas, como resultado de diferentes fatores, tais como, entre outros, as diferenças entre as datas de contratação, as datas de vencimento e liquidação, ou diferenças de *spreads* sobre os ativos e passivos financeiros a serem cobertos e os *spreads* correspondentes às diferenças entre as datas das operações de *swap*.

No caso da estratégia de instrumentos financeiros derivativos para cobrir ativos e passivos reconhecidos, a administração acredita que os instrumentos financeiros derivativos apresentam elevado grau de proteção no que diz respeito à evolução dos ativos e passivos cobertos.

No caso da estratégia de instrumentos financeiros derivativos para cobrir vendas previstas de soja ou para cobrir contas a pagar/receber, que tem seu valor sujeito a mudanças com base em *commodities*, pode haver diferenças decorrentes de fatores adicionais, tais como as diferenças entre o volume de soja estimado e real a ser colhido, ou diferenças entre o preço cotado de soja nos mercados internacionais, onde os instrumentos financeiros derivativos são cotados, e o preço da soja nos mercados em que a soja é fisicamente entregue/recebida pela Companhia. Se o volume de soja colhido efetivamente for inferior ao montante para o qual foram contratados instrumentos financeiros derivativos, a Companhia estará exposta a variações no preço das *commodities* pelo volume coberto em excesso e vice-versa, se o volume de soja colhido efetivamente for maior do que o volume coberto.

À medida que a Companhia não fixa o preço de venda de soja por meio de instrumentos financeiros derivativos, mas estabelece uma gama de preços de venda por meio de opções, a quantidade de dólares a ser recebida com a venda de soja para os clientes e com a liquidação das opções é uma gama de montantes.

Caso o montante nocional de contratos futuros celebrados para a venda de dólares for menor do que a quantidade real de dólares recebidos, a Companhia estará exposta a mudanças na taxa de câmbio entre o dólar e o real para o montante protegido em excesso e vice-versa, se o montante nocional de contratos futuros celebrados para a venda de dólares for maior do que a quantidade real de dólares recebidos.

4.6. Controles sobre utilização de instrumentos derivativos

Além disso, a Companhia está sujeita ao risco de crédito com relação à contraparte do instrumento financeiro derivativo. A Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos, cotados em bolsas de valores ou de instituições financeiras de primeira linha ou empresas de *trading*. A Companhia entende que na data do balanço não há indicações de risco de cobrança no que diz respeito aos montantes reconhecidos como ativos em relação aos instrumentos financeiros derivativos.

Os principais controles estabelecidos sobre a utilização de instrumentos derivativos são:

- Existência de políticas definidas pelo Conselho de Administração;
- Restrição da contratação de operações com derivativos que não seja definida pela Diretoria-Executiva;
- Manutenção de um inventário centralizado de contratos derivativos em aberto de responsabilidade da Diretoria;
- Reporte diário de um relatório de risco com a posição consolidada a um grupo formado pela Diretoria e alguns membros do Conselho de Administração;
- Monitoramento mensal pela Diretoria-Executiva dos valores justos reportados pelas contrapartes e os valores estimados pela administração.
- O valor justo dos derivativos contratados é obtido de acordo com o mercado onde os mesmos foram contratados e também onde os instrumentos encontram-se inseridos.

4.7. Impacto dos instrumentos derivativos no resultado

Os ganhos e perdas por mudanças no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos na demonstração de resultados separadamente entre os resultados realizados (correspondentes aos instrumentos financeiros derivativos que já foram liquidados) e os resultados não realizados (correspondentes aos instrumentos financeiros derivativos ainda não liquidados).

4.8. Estimativa do valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo dos instrumentos derivativos cotados em bolsas organizadas (BM&FBOVESPA e Chicago Board of Trade) são determinados com base nas cotações vigentes na data do balanço. Para estimar o valor justo de derivativos não negociados em bolsas organizadas são utilizadas cotações de instrumentos similares ou informações públicas disponíveis no mercado financeiro e metodologias de avaliação geralmente aceitas e praticadas pelas contrapartes. As estimativas não garantem, necessariamente, que tais operações possam ser realizadas no mercado aos valores indicados. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação pode ter um efeito relevante no montante do valor justo estimado.

Os derivativos existentes no FIM Guardian (derivativos de moeda e índices), são marcados a mercado pelo próprio fundo de investimento de acordo com regras próprias dos fundos de investimentos; ou seja, usando curvas de mercado da Bolsa de Mercados e Futuros (BM&F), CETIP S.A..

Metodologias específicas utilizadas para os instrumentos financeiros derivativos da Companhia:

- Instrumentos financeiros derivativos de *commodities* agrícolas - o valor justo é obtido por meio de várias fontes de mercado, incluindo cotações fornecidas por corretoras internacionais, bancos internacionais e disponíveis na Bolsa de Chicago (CBOT).
- Instrumentos financeiros derivativos de moedas estrangeiras - o valor justo é determinado com base nas informações obtidas de fontes de mercado diversas, incluindo, conforme o caso, BM&FBOVESPA, CETIP S.A., os bancos locais, além de informações enviadas pela contraparte.

a) Análise de sensibilidade

A Administração identificou para cada tipo de instrumento financeiro derivativo a situação de variação nas taxas de câmbio, taxa de juros ou preços de *commodities* que podem gerar perda no ativo e/ou passivo que está sendo protegido ou, no caso de instrumentos derivativos relacionados com operações previstas não contabilizadas no balanço, no valor justo dos instrumentos derivativos contratados.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os referidos instrumentos financeiros da Companhia, considerando-se todos os demais indicadores de mercado constantes. Tais valores quando de sua liquidação poderão ser diferentes dos demonstrados abaixo, devido às estimativas utilizadas no seu processo de elaboração.

Essa análise contempla a realização de 5 distintos cenários que diferem entre si pela intensidade de variação em relação ao mercado atual. Em 30 de junho de 2016, foram considerados como referência para os cenários provável para os próximos 12 meses, I, II, III e IV uma variação em relação ao mercado atual de 0%, -25%, -50%, +25%, +50%, respectivamente.

Para a elaboração do Cenário Provável foram considerados os preços de mercado de cada um dos ativos de referência dos instrumentos de derivativos detidos pela Companhia na data de fechamento deste exercício. Como todos esses ativos estão inseridos em mercados competitivos e abertos, o preço de mercado atual é uma referência satisfatória para o preço esperado desses ativos. Dessa forma, como o preço de mercado atual foi a referência para o cálculo tanto do valor contábil dos derivativos como do Cenário Provável o resultado deste é igual à zero. As premissas e cenários são como segue:

	30/06/2016				
	Cenário provável	Cenário II - (25%)	Cenário I - (50%)	Cenário III - 25%	Cenário IV - 50%
Soja - R\$ / sc – Agosto 2016 (CBOT)	83,10	62,32	41,55	103,87	124,65
Soja - R\$ / sc – Novembro 2016 (CBOT)	81,61	61,21	40,81	102,02	122,42
Soja - R\$ / sc – Julho 2017 (CBOT)	76,80	57,60	38,40	96,00	115,20
Dólar - 01 de agosto de 2016	3,24	2,43	1,62	4,05	4,86
Dólar - 22 de agosto de 2016	3,26	2,45	1,63	4,08	4,89
Dólar - 29 de julho de 2016	3,24	2,43	1,62	4,05	4,86

	30/06/2015				
	Cenário provável	Cenário II - (25%)	Cenário I - (50%)	Cenário III - 25%	Cenário IV - 50%
Soja - R\$ / sc – Julho 2015 (CBOT)	74,73	56,05	37,37	93,41	112,10
Soja - R\$ / sc – Julho 2016 (CBOT)	71,76	53,82	35,88	89,70	107,64
Milho - R\$ / sc – Dezembro 2015 (CBOT)	32,76	24,57	16,38	40,93	49,12
Dólar - 01 de julho de 2015	3,10	2,33	1,55	3,88	4,66
Dólar - 01 de agosto de 2015	3,14	2,35	1,57	3,92	4,70
Dólar - 21 de agosto de 2015	3,16	2,37	1,58	3,95	4,74
Dólar - 15 de setembro de 2015	3,19	2,39	1,59	3,98	4,78

Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os referidos instrumentos financeiros da Companhia, considerando-se todos os demais indicadores de mercado constantes. Tais valores quando de sua liquidação poderão ser diferentes dos demonstrados abaixo, devido às estimativas utilizadas no seu processo de elaboração.

Adicionalmente, apresentamos no quadro abaixo o resumo dos possíveis cenários para os próximos 12 meses dos empréstimos e recebíveis da Companhia. Utilizamos fontes confiáveis de divulgação de índices para as taxas utilizadas no "Cenário provável".

taxas médias anuais		CONSOLIDADO			Valores expressos em milhares de reais R\$									
		Atual			Cenário I - Provável		Cenário I - Possível		Cenário II - Remoto		Cenário I - Possível		Cenário II - Remoto	
		Saldos em 30 de junho de 2016					Queda 25%		Queda 50%		Aumento 25%		Aumento 50%	
Operação	Risco (*)	Saldo (R\$)	Notional	Taxa	Saldo (R\$)	Taxa	Saldo (R\$)	Taxa	Saldo (R\$)	Taxa	Saldo (R\$)	Taxa	Saldo (R\$)	Taxa
Aplicações Financeiras	CDI	132.105	-	14,13%	1.034	13,35%	(4.408)	10,01%	(8.816)	6,67%	4.408	16,68%	8.816	20,02%
Titulos e Valores Mobiliários - CDI	CDI	49.703	-	14,13%	389	13,35%	(1.659)	10,01%	(3.317)	6,67%	1.659	16,68%	3.317	20,02%
Aplicações Financeiras	USD	5.893	1.836	3,21	604	3,54	(1.624)	2,65	(3.249)	1,77	1.624	4,42	3.249	5,31
Total Caixa, equivalentes de caixa e TVM		187.701	1.836		2.027		(7.691)		(15.382)		7.691		15.382	
Financiamento Projeto Bahia	TJLP	(20.396)	-	7,50%	-	7,50%	382	5,63%	765	3,75%	(382)	9,38%	(765)	11,25%
Financiamento Projeto Bahia	SELIC	(6.271)	-	14,15%	50	13,35%	209	10,01%	419	6,67%	(209)	16,68%	(419)	20,02%
Financiamento de Máquinas e Equipamentos - FINAME	TJLP	(113)	-	7,50%	-	7,50%	2	5,63%	4	3,75%	(2)	9,38%	(4)	11,25%
Financiamento de cana de açúcar	TJLP	(1.773)	-	7,50%	-	7,50%	33	5,63%	66	3,75%	(33)	9,38%	(66)	11,25%
Total Financiamentos		(28.553)	-		50		626		1.254		(626)		(1.254)	
Fazenda a pagar	IGP-M	(22.261)		14,13%	174	13,35%	743	10,01%	1.486	6,67%	(743)	16,68%	(1.486)	20,02%
Total Aquisições a Pagar		(22.261)	-		174		743		1.486		(743)		(1.486)	
Araucária II	Sacas de Soja	14.411	225.000	76,40	-	76,40	(3.603)	57,30	(7.206)	38,20	3.603	95,50	7.206	114,60
Araucária	Sacas de Soja	1.930	25.325	77,89	-	77,89	(483)	58,42	(965)	38,95	483	97,37	965	116,84
Total Recebíveis por venda de Fazendas		16.341	250.325		-		(4.086)		(8.171)		4.086		8.171	
Derivativos, líquidos (Nota 6)	Soja	(5.163)	(605.517)	(a)	-	(a)	6.631	(a)	18.425	(a)	(16.956)	(a)	(28.749)	(a)
Derivativos, líquidos (Nota 6)	USD	1.915	24.189	(a)	-	(a)	(17.718)	(a)	(37.349)	(a)	21.543	(a)	41.174	(a)
Margem - Derivativos	USD	1.664	519	3,21	171	3,54	(459)	2,65	(917)	1,77	459	4,42	917	5,31
Margem - Derivativos	CDI	17.000	-	14,13%	133	13,35%	(567)	10,01%	(1.135)	6,67%	567	16,68%	1.135	20,02%
Margem - Derivativos	SELIC	2.525	-	14,15%	(20)	13,35%	(84)	10,01%	(169)	6,67%	84	16,68%	169	20,02%
Total Derivativos		17.941			284		(12.197)		(21.145)		5.697		14.646	
Contas a receber - Cresca	USD	44.363	13.824	3,21	4.548	3,54	(12.228)	2,65	(24.455)	1,77	12.228	4,42	24.455	5,31
Cresud	USD	529	165	3,21	54	3,54	(146)	2,65	(292)	1,77	146	4,42	292	5,31
Total Partes Relacionadas		44.892	13.989		4.602		(12.374)		(24.747)		12.374		24.747	

(*) FONTE Riscos: Bloomberg

(a) Para as análises de sensibilidade das posições de Derivativos, foram utilizadas as taxas *forward* e preços de cada vencimento de operação, conforme quadro anterior.

b) Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. O risco ao qual a Companhia está exposta decorre da possibilidade de não recuperar os valores a receber por venda de cana, grãos e arrendamento de áreas.

Para reduzir o risco de crédito presente nas operações comerciais, a Companhia adota a prática de definir limites de créditos onde analisa fatores como: tempo de abertura da empresa, histórico de negócios com a Companhia, referências comerciais e Serasa. A Companhia também realiza o acompanhamento constante dos saldos devedores.

Atualmente, a administração não espera perdas significativas em virtude de inadimplemento de suas contrapartes superiores aos valores provisionados e as exposições da Companhia estão dentro dos limites vigentes de crédito.

c) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica a manutenção de caixa e investimentos de curto prazo suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

O caixa excedente é investido principalmente no fundo de investimento FIM Guardian, classificado como um fundo de investimento multimercado, gerido pelo Banco Santander S.A., que tem uma política clara de investimentos, com limites à concentração de risco nos correspondentes investimentos.

A tabela a seguir demonstra os principais passivos financeiros da Companhia por grupo de vencimento

com base no exercício remanescente na data do balanço até a data de vencimento contratual. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratuais descontados, além dos derivativos por montantes líquidos, cujo valor justo é divulgado. Com relação às contas a pagar para a compra de fazendas, todos os valores devidos em 30 de junho de 2016 e 2015 são devidos mediante o cumprimento de determinadas condições precedentes pelos vendedores e, por isso, sua data de pagamento não pode ser determinada. Assim são considerados como pagáveis à vista na tabela a seguir, sendo que juros ou outros encargos financeiros não foram considerados.

Passivos financeiros consolidados	Nota	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre três e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 30 de junho de 2016						
Fornecedores	-	12.073	-	-	-	12.073
Operações com derivativos	6	2.165	4.392	-	-	6.557
Empréstimos e Financiamentos	14	51.615	15.875	32.355	-	99.845
Aquisições a pagar	12	22.261	-	-	-	22.261
Transações com partes relacionadas	26	536	-	-	-	536
Em 30 de junho de 2015						
Fornecedores	-	5.545	-	-	-	5.545
Operações com derivativos	6	5.655	1.670	-	-	7.325
Empréstimos e Financiamentos	14	50.900	15.973	14.659	28.547	110.079
Aquisições a pagar	12	48.840	-	-	-	48.840
Transações com partes relacionadas	26	480	-	-	-	480

4.9. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

A Companhia apresenta dívida líquida de empréstimos, aquisições a pagar e fornecedores e o índice de alavancagem financeira:

	Consolidado	
	30/06/2016	30/06/2015
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 14)	99.845	110.079
Total de aquisições a pagar (Nota 12)	22.261	48.840
Total de fornecedores (Nota 13)	12.073	5.545
	<u>134.179</u>	<u>164.464</u>
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 5.1)	(54.204)	(75.620)
Menos: títulos e valores mobiliários (Notas 5.2)	(133.912)	(274.726)
	<u>(188.116)</u>	<u>(350.346)</u>
Dívida líquida	<u>(53.937)</u>	<u>(185.882)</u>
Total do patrimônio líquido	686.015	752.106
Índice de alavancagem financeira	-	-

Em 30 de junho de 2016 e 30 de junho de 2015, a Companhia não possuía alavancagem financeira. O capital não é gerido como Controladora, somente pelo Consolidado.

4.10. Hierarquia do valor justo e instrumentos financeiros por categoria

Consideramos que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos *impairment*, estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para instrumentos financeiros similares.

A Companhia aplica o CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2).
- Informações para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis) (Nível 3).

A tabela a seguir apresenta a categoria dos principais ativos e passivos financeiros da Companhia, bem como o nível de hierarquia do valor justo:

						30/06/2015				
Consolidado - R\$ mil	Nota	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total	Fair value Nível 2	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Disponível para venda	Total	Fair value Nível 2
Ativo										
Circulante										
Equivalentes de caixa	5.1	47.891	-	47.891	47.891	-	63.060	-	63.060	63.060
Títulos e valores mobiliários	5.2	113.559	-	113.559	113.559	203.958	-	69.300	273.258	273.258
Clientes, líquidos	7	-	16.598	16.598	16.598	-	27.816	-	27.816	27.816
Crédito por venda de fazenda, líquido	7	1.930	-	1.930	1.930	18.212	-	-	18.212	18.212
Operações com derivativos (c)	6	24.497	-	24.497	3.309	13.498	-	-	13.498	13.498
Não circulante										
Títulos e valores mobiliários	5.2	20.353	-	20.353	20.353	-	1.468	-	1.468	1.468
Clientes, líquidos	7	-	-	-	-	-	394	-	394	394
Crédito por venda de fazenda, líquido	7	14.411	-	14.411	14.411	22.408	-	-	22.408	22.408
Operações com derivativos (c)	6	-	-	-	-	408	-	-	408	408
Transações com partes relacionadas	26	-	44.363	44.363	44.363	-	39.060	-	39.060	39.060
Total		222.641	60.961	283.602	262.414	258.484	131.798	69.300	459.582	459.582

						30/06/2016				
Consolidado - R\$ mil	Nota	Valor justo por meio do resultado	Passivos Financeiros ao custo amortizado	Total	Fair value Nível 2	Valor justo por meio do resultado	Passivos Financeiros ao custo amortizado	Total	Fair value Nível 2	
Passivo										
Circulante										
Fornecedores		-	12.073	12.073	12.073	-	5.545	5.545	5.545	
Empréstimos e financiamentos (a)	14	-	49.108	49.108	49.108	-	47.525	47.525	47.525	
Arrendamento financeiro canavial - Parceria III (b)	14	2.507	-	2.507	-	3.375	-	3.375	-	
Operações com derivativos (c)	6	2.165	-	2.165	355	5.655	-	5.655	5.655	
Contas a pagar por aquisição	12	-	22.261	22.261	22.261	-	48.840	48.840	48.840	
Não circulante										
Empréstimos e financiamentos (a)	14	-	44.964	44.964	44.964	-	54.978	54.978	54.978	
Arrendamento financeiro canavial - Parceria III (b)	14	3.266	-	3.266	-	4.201	-	4.201	-	
Operações com derivativos (c)	6	4.392	-	4.392	-	1.670	-	1.670	1.670	
Total		12.330	128.406	140.736	128.761	14.901	156.888	171.789	164.213	

(a) O valor contábil dos empréstimos e financiamentos apresentados nas demonstrações financeiras, aproximam-se do valor justo uma vez que, as taxas destes instrumentos são substancialmente subsidiadas e a não há intenção de liquidação antecipada;

(b) O arrendamento financeiro é mensurado ao valor justo no Nível 3;

(c) As operações com derivativos negociadas em mercado ativo são mensuradas ao valor justo no Nível 01, as operações negociadas em balcão são mensuradas ao Nível 02, conforme apresentado no quadro acima.

5. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

5.1. Caixa e equivalentes de caixa

	CDI*	Controladora		Consolidado	
		30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Caixa e bancos	-	6.055	8.947	6.313	12.560
Operações compromissadas	75% a 102,50%	10.068	2.170	40.417	26.302
Certificado de depósitos bancários	90% a 104,70%	-	2.275	7.474	36.758
		16.123	13.392	54.204	75.620

* Certificado de Depósito Interbancário

A Companhia possui R\$5.861 (R\$8.943 em 30 de junho de 2015) na Controladora e R\$5.893 (R\$8.974 em 30 de junho de 2015) no Consolidado, de saldos bancários denominados em dólares americanos, sobre o qual não há remuneração.

5.2. Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Cotas de fundos exclusivo - FIM GUARDIAN	67.555	87.197	-	-
Cotas em fundos de investimentos não exclusivas (a)	-	-	-	69.300
Aplicações financeiras restritas (a)	-	-	49.703	203.958
Operações com renda variável	-	-	21.670	-
Certificado de depósitos bancários (c)	10.058	-	10.058	-
Letra financeira do tesouro	-	-	32.128	-
Total Circulante	77.613	87.197	113.559	273.258
Certificado de depósitos bancários (c)	8.087	-	8.087	-
Banco do Nordeste (BNB) (b)	-	-	12.266	1.468
Total não circulante	8.087	-	20.353	1.468
Títulos e valores mobiliários	85.700	87.197	133.912	274.726

(a) Refere-se à aplicação financeira proveniente da venda da Fazenda Cremaq, cuja liberação está vinculada ao cumprimento de certas condições contratuais precedentes, de natureza rotineira do negócio da Companhia (Nota 7.e).

(b) Os títulos no BNB consistem em CDBs dados em garantias de financiamentos junto ao Banco BNB, a serem mantidos até o fim da vigência do contrato, em julho de 2019.

(c) Indexados a índices de 99,50% a 102,50% do CDI – Certificado de depósito interbancário.

O fundo de investimento exclusivo FIM Guardian, possui a seguinte composição em 30 de junho de 2016 e 30 de junho de 2015:

	Consolidado	
	30/06/2016	30/06/2015
Títulos públicos (a)	32.128	12.694
Fundos de investimentos em renda fixa	-	69.300
Aplicação em renda variável	21.670	-
Operações compromissadas	21.674	1.718
Certificados de depósitos bancários (a)	7.472	27.547
Derivativos	18.711	(3.152)
Outros	(18)	(12)
(b)	101.637	108.095

(a) Do total de aplicações referente a depósitos de margem colocados em garantia de operações com derivativos do fundo, o valor de R\$2.525 refere-se a LFTs e R\$17.000 refere-se a CDBs em 30 de junho de 2016 (R\$12.694 LFTs em 30 de junho de 2015). Nas Demonstrações financeiras consolidadas o respectivo valor foi reclassificado para rubrica de operações com derivativos no ativo circulante conforme Nota 6.

(b) Em 30 de junho de 2016, o montante de R\$101.637 (R\$108.095 em 30 de junho de 2015) é composto por R\$67.555 (R\$87.197 em 30 de junho de 2015) aplicados na Brasilagro e R\$34.082 (R\$20.898 em 30 de junho de 2015) aplicados nas demais empresas do grupo.

6. Operações com derivativos

30/06/2016										
				Controladora		Consolidado		Volume / Posição (Nota 4.8a)		
Risco	Vencimento	Instrumentos derivativos em aberto	Contraparte	A receber	A pagar	A receber	A pagar	Notional ('000)	Posição comprada (vendida)	Unidade
Moeda US\$	agosto-16	BM&F	BM&F	-	-	-	(1.039)	34.750	-	US\$
Moeda US\$	agosto-16	Opções	BM&F Opções	-	-	581	(355)	(6.500)	-	US\$
Moeda US\$	agosto-16	NDF	HSBC	314	-	314	-	(489)	-	US\$
Moeda US\$	julho-16	NDF	HSBC	1.151	-	1.151	-	(1.786)	-	US\$
Moeda US\$	julho-16	NDF	Votorantim	1.263	-	1.263	-	(1.786)	-	US\$
		Circulante		2.728	-	3.309	(1.394)	24.189	-	US\$
		Não Circulante		-	-	-	-	-	-	US\$
		Total Risco com Moeda		2.728	-	3.309	(1.394)	24.189	-	US\$
Soja CBOT	novembro-16	Futuros de Soja	Trading Companies/Bancos/CBOT	-	(281)	-	(281)	-	(106.589)	sacas
Soja CBOT	agosto-16	Futuros de Soja	Trading Companies/Bancos/CBOT	-	(490)	-	(490)	-	(24.946)	sacas
Soja CBOT	julho-17	Futuros de Soja	Trading Companies/Bancos/CBOT	-	(4.392)	-	(4.392)	-	(473.982)	sacas
		Circulante		-	(771)	-	(771)	-	(131.535)	sacas
		Não Circulante		-	(4.392)	-	(4.392)	-	(473.982)	sacas
		Total Risco com commodities		-	(5.163)	-	(5.163)	-	(605.517)	sacas
Total Riscos				2.728	(5.163)	3.309	(6.557)	24.189	(605.517)	
Margem depositada				1.664	-	21.188	-		-	
				4.392	(771)	24.497	(2.165)			
				-	(4.392)	-	(4.392)			
Resultado em 30 de junho de 2016 (Nota 22)				59.337	(54.874)	116.197	(110.228)			
30/06/2015										
				Controladora		Consolidado		Volume / Posição		
Risco	Vencimento	Instrumentos derivativos em aberto	Contraparte	A receber	A pagar	A receber	A pagar	Notional ('000)	Posição comprada (vendida)	Unidade
Moeda US\$	agosto-15	BM&F	BM&F	-	-	-	(424)	19.000	-	US\$
Moeda US\$	julho-15	NDF	IBBA	-	-	-	(1.466)	(2.280)	-	US\$
Moeda US\$	agosto-15	NDF	Bradesco	-	-	-	(228)	(700)	-	US\$
Moeda US\$	setembro-15	NDF	Santander	-	(283)	-	(283)	1.567	-	US\$
Moeda US\$	julho-16	Opções	IBBA	-	-	-	(1.034)	(4.200)	-	US\$
		Circulante		-	(283)	-	(2.401)	17.587	-	US\$
		Não Circulante		-	-	-	(1.034)	(4.200)	-	US\$
		Total Risco com Moeda		-	(283)	-	(3.435)	13.387	-	US\$
Soja CBOT	julho-15	Futuros de Soja	Trading Companies/Bancos/CBOT	-	(1.126)	-	(1.126)	-	(308.429)	sacas
Soja CBOT	junho-16	Futuros de Soja	Trading Companies/Bancos/CBOT	-	(1.676)	-	(1.676)	-	(544.286)	sacas
Milho CBOT	novembro-15	Futuros de Milho	Trading Companies/Bancos/CBOT	135	(452)	135	(452)	-	-	sacas
Soja CBOT	julho-16	Opções	Trading Companies/Bancos/CBOT	408	(636)	408	(636)	-	(136.071)	sacas
		Circulante		135	(3.254)	135	(3.254)	-	(852.715)	sacas
		Não Circulante		408	(636)	408	(636)	-	(136.071)	sacas
		Total Risco com commodities		543	(3.890)	543	(3.890)	-	(988.786)	sacas
Total Riscos				543	(4.173)	543	(7.325)	13.387	(988.786)	
Margem depositada				669	-	13.363	-			
				804	(3.537)	13.498	(5.655)			
				408	(636)	408	(1.670)			
Resultado em 30 de junho de 2015 (Nota 22)				39.914	(35.016)	52.340	(39.939)			

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos a termo de moeda e contratos a termo de *commodities* para proteção contra risco de variação das taxas de câmbio e dos preços de commodities, respectivamente.

Os depósitos de margens em operações com derivativos se referem às chamadas de margens por contrapartes em operações de instrumentos derivativos.

O valor justo total de um derivativo é classificado como ativo ou passivo não circulante se, o período

remanescente para o vencimento do instrumento derivativo for superior a um ano e, como ativo ou passivo circulante se o período remanescente para o vencimento do instrumento derivativo for inferior a um ano.

7. Clientes

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Venda de cana de açúcar (c)	15.084	9.868	15.085	9.868
Venda de grãos (d)	1.037	16.137	1.043	17.468
Arrendamentos e Aluguéis	813	506	813	535
Venda de máquinas	820	796	820	811
Venda de fazendas (e)	-	-	1.930	21.212
	17.754	27.307	19.691	49.894
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (a)	(1.156)	(861)	(1.163)	(3.866)
Total circulante	16.598	26.446	18.528	46.028
Venda de máquinas	-	394	-	394
Venda de fazendas (e)	-	-	14.411	22.408
Total não circulante	-	394	14.411	22.802

a) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa:

	Controladora	Consolidado
Saldo 30 de junho de 2014	883	1.053
Constituição da provisão	1.133	4.250
Baixa ou reversão	(1.155)	(1.437)
Saldo 30 de junho de 2015	861	3.866
Constituição da provisão	295	297
Baixa do saldo a receber	-	(3.000)
Saldo 30 de junho de 2016	1.156	1.163

As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa foram registradas na rubrica despesas com vendas na demonstração do resultado. A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa é obtida por meio da análise de inadimplência de forma individual por cliente e os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

(b) Composição do contas a receber por vencimento

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
A vencer:				
Até 30 dias	10.725	7.581	10.725	9.195
De 31 a 90 dias	23	16.339	1.953	21.235
De 91 a 180 dias	328	925	328	954
De 181 a 360 dias	5.404	1.286	5.404	14.160
Acima de 360 dias	-	394	14.411	22.802
Vencidos:				
Até 30 dias	80	315	80	484
De 31 a 90 dias	38	-	38	-
De 91 a 180 dias	245	6	246	7
De 181 a 360 dias	50	4	50	8
Acima de 360 dias	861	851	867	3.851
	17.754	27.701	34.102	72.696

(c) Venda de cana-de-açúcar

A Companhia possui um contrato de fornecimento de cana-de-açúcar junto a empresa Brenco Companhia Brasileira de Energia Renovável e os riscos de crédito são avaliados de acordo com a política interna conforme apresentada na Nota 4.8b.

(d) Venda de grãos

No exercício findo em 30 de junho de 2016 e 2015, as vendas de milho e soja foram efetuadas, principalmente, aos clientes: Bunge Alimentos, Cargill Agrícola, ADM do Brasil e Amaggi.

(e) Composição dos créditos por venda de fazenda

Os totais vendidos, os valores recebidos e valores a receber por venda de fazenda são como segue:

	Cremaq	Araucária I	Araucária II	São Pedro	Horizontina	Consolidado
Em 30 de junho de 2014	16.986	13.241	26.709	7.816	3.000	67.752
Valor de venda	266.550	-	-	-	-	266.550
Recebimentos	(283.110)	(10.643)	(9.000)	(5.513)	-	(308.266)
Atualização do valor nominal	4.419	1.511	5.252	2.139	-	13.321
Realização do AVP	1.620	388	1.676	579	-	4.263
(-) PCLD*	-	-	-	-	(3.000)	(3.000)
Em 30 de junho de 2015	6.465	4.497	24.637	5.021	-	40.620
Recebimentos	(10.462)	(3.450)	(14.830)	(5.513)	-	(34.255)
Atualização do valor nominal	3.072	513	1.577	(38)	-	5.124
Realização do AVP	925	370	3.027	530	-	4.852
Em 30 de junho de 2016	-	1.930	14.411	-	-	16.341

*PCLD – Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Em 19 de maio de 2015, a Companhia reconheceu por meio de venda da fazenda Cremaq o montante de R\$266.000. Do montante total recebido, R\$49.703 (Nota 5.2) está mantido como títulos e valores mobiliários até a sua liberação até que sejam atendidas as seguintes condições precedentes:

- Registro da escritura de 6.020 hectares;
- Protocolo de petição para extinção de ação de manutenção de posse.

8. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Soja	1.292	15.642	6.156	15.744
Milho	114	6.182	249	6.182
Outros cultivos	893	38	959	38
Produtos agrícolas	2.299	21.862	7.364	21.964
Insumos	7.250	2.952	10.833	5.442
Adiantamento a fornecedores	3.309	931	4.216	4.819
	12.858	25.745	22.413	32.225

Os valores de estoque de produtos agrícolas estão apontados pelo valor líquido de provisão, cuja movimentação encontra-se abaixo:

8.1 Ajuste a valor recuperável dos estoques de produtos agrícolas

Controladora	Consolidado
---------------------	--------------------

Saldo em 30 de junho de 2014	(1.094)	(1.644)
Provisão do valor recuperável de produtos agrícolas, líquida	(2.800)	(3.038)
Realização em custo de venda	2.976	3.764
Saldo em 30 de junho de 2015	(918)	(918)
Realização do valor recuperável de produtos agrícolas, líquida	733	659
Realização em custo de venda	185	255
Saldo em 30 de junho de 2016	-	(4)

9. Ativos biológicos

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho 2016	30 de junho 2015	30 de junho 2016	30 de junho 2015
Gado para produção (a)	5.241	-	5.241	-
Plantação de Grãos	-	1.540	-	1.624
Plantação de Cana	39.289	29.245	39.289	29.245
Total	44.530	30.785	44.530	30.869
Circulante	-	1.540	-	1.624
Não circulante	44.530	29.245	44.530	29.245

(a) Em 14 de junho de 2016, a Companhia adquiriu 4.148 cabeças de gado para produção de cria e recria, pelo valor de R\$5.241.

Gastos com plantio e tratos culturais estão substancialmente representados pelos gastos incorridos com a formação das safras tais como: sementes, fertilizantes, defensivos agrícolas, depreciação e mão de obra aplicada nas culturas.

A área a ser colhida correspondente aos ativos biológicos é como segue:

	Consolidado	
	Area Plantada (Hectares)	
	30/06/2016	30/06/2015
Grãos	-	1.787
Cana (a)	28.018	27.909
	28.018	29.696

(a) Para a cana-de-açúcar a área considerada acima se refere ao total a ser colhido em todos os cortes futuros, considerados no fluxo de caixa para cálculo do valor justo dos ativos biológicos. Nesta área está considerada o total de 4.263 hectares arrendados da Brenco, conforme contrato firmado em 08 de maio de 2015.

Movimentação da atividade agrícola

	Controladora		Consolidado	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
	Grãos	Cana	Grãos	Cana
Saldos em 30 de junho de 2014	1.421	31.202	1.421	31.202
Aumentos decorrentes de plantio	84.712	3.837	102.671	3.837
Aumentos decorrentes de tratos	-	44.931	-	41.361
Contrato de arrendamento Brenco	-	7.707	-	7.707
Variação no valor justo	7.908	484	5.734	4.054
Reduções decorrentes da colheita	(92.501)	(58.916)	(108.202)	(58.916)

Saldos em 30 de junho de 2015	1.540	29.245	1.624	29.245
Aumentos decorrentes de plantio	46.062	7.725	68.355	7.726
Aumentos decorrentes de tratos	-	62.650	-	57.528
Contrato de arrendamento Brengo	-	-	-	-
Variação no valor justo	(27.591)	18.326	(32.165)	23.447
Reduções decorrentes da colheita	(20.011)	(78.657)	(37.814)	(78.657)
Saldo em 30 de junho de 2016	-	39.289	-	39.289

Hierarquia do valor justo

	Controladora/Consolidado	
	Valor	Valor Justo
Produtos agrícolas	39.289	Nível 3
Gado (a)	5.241	Nível 2

(a) Quantidade de cabeças de gado adquiridas foi 4.148 e o valor médio por cabeça R\$1.264.

10. Propriedades para investimento - não circulante

	Controladora						
	Terra – Fazendas	Edifícios e benfeitorias	Abertura de área	Total em operação	Obras em andamento	30 de junho de 2016	30 de junho de 2015
Em 30 de junho de 2016							
Saldo inicial	21.009	9.649	36.103	66.761	10.895	77.656	85.981
Aquisições	1	31	336	368	6.694	7.062	28.167
Baixas (i)	-	-	-	-	(12)	(12)	(26.595)
Transferências	-	11.078	851	11.929	(11.929)	-	-
(-) Depreciação / Amortização	-	(556)	(5.805)	(6.361)	-	(6.361)	(9.897)
Saldo contábil, líquido	21.010	20.202	31.485	72.697	5.648	78.345	77.656
Em 30 de junho de 2016							
Custo total	21.010	25.366	82.287	128.663	5.648	134.311	127.261
Depreciação acumulada	-	(5.164)	(50.802)	(55.966)	-	(55.966)	(49.605)
Saldo contábil, líquido	21.010	20.202	31.485	72.697	5.648	78.345	77.656

(i) As baixas ocorridas no exercício findo em 30 de junho de 2015 devem-se substancialmente, à venda da Fazenda Cremaq, sendo R\$35.790 referente à baixa da terra e R\$26.392 referente à baixa de benfeitorias e abertura de áreas.

A Companhia possui quatro fazendas mantidas em garantia por empréstimos e financiamentos conforme Nota 14. As propriedades para investimento avaliadas a valor justo são como segue:

Fazenda	Estado	Hectares		Imobiliária	Aquisição	Valor Justo		Valor de Custo	
		30/06/2016	30/06/2015			30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Jatobá	Bahia	31.606	31.606	Jaborandi Ltda	mar-07	303.455	298.815	59.208	62.621
Alto Taquari	Mato Grosso	5.395	5.395	Mogno Ltda	ago-07	120.607	117.245	35.656	33.447
Araucária	Goiás	8.124	8.124	Araucária Ltda	abr-07	150.881	144.019	58.175	57.505
Chaparral	Bahia	37.183	37.183	Cajueiro Ltda	nov-07	262.747	256.919	77.898	76.872
Nova Buriti	Minas Gerais	24.211	24.211	Flamboyant Ltda	dez-07	31.967	29.654	22.006	22.014
Preferência	Bahia	17.799	17.799	Cajueiro Ltda	set-08	56.564	52.255	32.959	34.504

	124.318	124.318		926.221	898.907		285.902	286.963
--	---------	---------	--	---------	---------	--	---------	---------

O valor de custo em 30 de junho de 2016 de R\$285.902 (R\$286.963 em 30 de junho de 2015) não é comparável com o valor da nota de propriedades para investimento, pois a nota contempla a Fazenda Avarandado (arrendada) e a mesma não faz parte do nosso portfólio de fazendas próprias.

11. Investimentos

	Milhares de ações ou quotas possuídas pela Companhia		Participação no capital total - %		Total do ativo		Total do passivo		Patrimônio líquido		Lucro (prejuízo) do exercício	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Subsidiárias:												
Araucária	69.301	85.451	99,99	99,99	75.702	92.251	2.069	3.726	73.633	88.525	7.958	12.223
Cremaq	40.361	40.361	99,99	99,99	61.416	233.069	12.613	191.848	48.803	41.221	7.582	185.088
Engenho de Maracaju	10	10	99,99	99,99	7	8	-	-	7	8	(1)	(2)
Imobiliária Jaborandi	36.183	36.183	99,99	99,99	44.045	41.603	1.499	1.350	42.546	40.253	2.293	1.295
Jaborandi Ltda	70.492	49.292	99,99	99,99	105.170	94.404	74.513	75.654	30.657	18.750	(9.293)	(5.963)
Cajueiro	59.219	59.219	99,99	99,99	64.207	61.958	693	566	63.514	61.392	2.122	1.308
Mogno	35.134	6.774	99,99	99,99	35.646	33.671	471	29.302	35.175	4.369	2.446	(1.742)
Ceibo	8.239	8.076	99,99	99,99	135	1	103	318	32	(317)	186	(4.318)
Flamboyant	825	825	99,99	99,99	645	646	2	-	643	646	(3)	(4)
Joint Venture:												
Cresca *	138	138	50,00	50,00	150.291	143.929	47.336	44.200	102.955	99.729	(511)	(4.355)
									397.965	354.576	12.779	183.530

* Os valores de total do ativo, passivo, patrimônio líquido (pelo valor justo na data de aquisição atualizado até 30 de junho de 2016) e prejuízo do exercício estão demonstrados proporcionalmente à participação detida na Cresca.

a) Movimentação dos investimentos

	Controladora	Consolidado
Saldo 30 de junho de 2014	371.114	50.316
Aumento de capital	5.926	25.903
Dividendos	(234.958)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	1.152	-
Perdas com investimento	(53)	-
Resultado de equivalência patrimonial	183.530	(4.355)
Efeito de conversão	27.865	27.865
Saldo 30 de junho de 2015	354.576	99.729
Aumento de capital	33.573	-
Dividendos	(6.700)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	855	-
Resultado de equivalência patrimonial	12.779	(511)
Efeito de conversão	3.737	3.737
Composição do saldo 30 de junho de 2016	398.820	102.955

b) Participação em Joint Venture

As informações financeiras resumidas da Cresca, com base nas demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS, e a conciliação com o valor contábil do investimento nas demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas abaixo ao valor justo da data da aquisição, movimentado até de 30 de junho de 2016:

	30/06/2016	30/06/2015
Ativos	300.583	287.857
Circulante	39.003	24.090
Caixa e equivalentes de caixa	4.957	471
Contas a receber, estoques e outros créditos	33.827	23.407
Contrato vantajoso de compra de terras	219	212

Não circulante	261.580	263.767
Contas a receber	-	14.008
Propriedades para investimento	260.455	248.523
Outros não circulantes	1.125	1.236
Passivos	94.673	88.399
Circulante		
Fornecedores, impostos e empréstimos	88.006	18.448
Não circulante		
Impostos e empréstimos	6.667	69.951
Total dos ativos líquidos	205.910	199.458
Participação da Companhia na Cresca	50%	50%
Participação da Companhia nos ativos líquidos ao valor justo estimado	102.955	99.729

	1º de julho de 2015 a 30 de junho de 2016	1º de julho de 2014 a 30 de junho de 2015
Receita	32.535	47.725
Custo dos produtos vendidos	(20.672)	(36.081)
Despesas Comerciais	(3.022)	(2.560)
Despesas administrativas	(3.023)	(3.102)
Outras despesas	(21)	(7)
Resultados financeiros	(7.727)	(7.384)
Prejuízo antes dos impostos sobre os lucros	(1.930)	(1.409)
Imposto de renda e contribuição social	-	(1.081)
Prejuízo do exercício	(1.930)	(2.490)
Participação da Companhia	(964)	(1.245)
Baixa mais valia sobre venda de fazenda	-	(3.426)
Amortização do ajuste a valor justo na data da compra (empréstimos de acionistas)	453	316
Resultado de equivalência patrimonial	(511)	(4.355)

12. Contas a pagar por aquisições

	Índice de Correção	Controladora		Consolidado	
		30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Fazenda Alto Taquari	*100% do CDI	-	-	-	29.023
Fazenda Nova Buriti	**IGP-M	22.261	19.817	22.261	19.817
		22.261	19.817	22.261	48.840

Referências:

* CDI – Certificado de Depósito Interbancário

** IGP-M – Índice Geral de Preços de Mercado

Em 17 de setembro de 2015, a escritura da fazenda Alto Taquari foi lavrada e na mesma data a Companhia efetuou o pagamento do saldo da compra. Por meio de acordo entre as partes, a Companhia obteve um desconto do saldo a pagar de R\$2.277 e efetuou o pagamento no valor de R\$27.394. O pagamento relacionado à compra de fazenda Nova Buriti está atrelado ao cumprimento de determinadas condições precedentes por parte dos vendedores para a obtenção de licenças. O valor de custo da fazenda é de R\$22.006 (Nota 10).

13. Fornecedores

Em 30 de junho de 2016, a Companhia apresenta o saldo de fornecedores conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Insumos e serviços	4.487	3.938	5.521	5.238
Arrendamentos de terceiros	6.551	307	6.552	307

11.038	4.245	12.073	5.545
--------	-------	--------	-------

14. Empréstimos e financiamentos

	Instituição	Vencimento final	Taxa anual de juros e encargos-%	Garantia	Controladora		Consolidado	
					30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Financiamento de Custeio Agrícola	BNB e Itaú	janeiro-17	8,75 a 12,35 TJLP + 3,45 e 4,45 SELIC + 3,45.	Fazenda Chaparral	18.044	15.040	35.087	25.595
Financiamento Projeto Bahia	BNB, Itaú e HSBC	junho-17	Pré 4,00 a 8,50	Fazendas Jatobá IV, Chaparral III e Preferência.	2.788	382	13.646	9.469
Financiamento Capital de Giro	Santander	setembro-15	83,48% CDI	-	-	5.066	-	5.066
Financiamento Capital de Giro (USD) (a)	Santander	setembro-15	1,6905	-	-	4.832	-	4.832
Financiamento de Máquinas e Equipamentos - FINAME	Itaú e Votorantin	setembro-15	-	Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-
Financiamento de cana de açúcar	Votorantin	novembro-16	TJLP + 6,50 à 8,70	Equipamentos	114	943	114	943
Arrendamento Financeiro Canavial - Parceria III	Santander	fevereiro-17	TJLP + 3,00 a 4,40	Fazendas Araucária	261	1.620	261	1.620
Circulante	Brenco	junho-17	6,92%	-	2.507	3.375	2.507	3.375
					23.714	31.258	51.615	50.900
Financiamento de cana de açúcar	Santander	fevereiro-20	TJLP + 3,00 a 4,40	Fazenda Araucária	1.511	1.716	1.511	1.716
Financiamento de Máquinas e Equipamentos - FINAME	Itaú e Votorantin	novembro-16	TJLP + 6,50 à 8,70	Máquinas e Equipamentos	-	113	-	113
	BNB, Itaú e HSBC	novembro-16	TJLP + 3,45 e 4,45 SELIC + 3,45.	Fazendas Jatobá IV, Chaparral III e Preferência.	-	-	-	-
Financiamento Projeto Bahia	HSBC	outubro-20	Pré 4,00 a 8,50	Preferência.	8.828	9.612	43.453	53.149
Arrendamento Financeiro Canavial - Parceria III	Brenco	novembro-18	6,92%	-	3.266	4.201	3.266	4.201
Não circulante					13.605	15.642	48.230	59.179
					37.319	46.900	99.845	110.079

Referências:

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo

FINAME - Financiamento de Máquinas e Equipamentos (BNDES)

BNB - Banco do Nordeste

(a) Financiamento contratado em dólares americanos e demonstrado em reais.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos durante o exercício findo em 30 de junho de 2016, encontra-se abaixo:

	Saldo Anterior	Controladora						Saldo Final
		Contratação	Pagamento principal	Pagamento Juros	Apropriação de Juros	Variação Cambial	AVP	
Em 30 de junho de 2015								
Financiamento de Custeio Agrícola	15.040	37.083	(33.086)	(1.845)	852	-	-	18.044
Financiamento Projeto Bahia (a)	9.994	1.914	(333)	(399)	440	-	-	11.616
Financiamento Capital de Giro	5.066	-	(5.000)	(371)	305	-	-	-
Financiamento Capital de Giro (USD)	4.832	-	(5.990)	(54)	131	1.081	-	-
Financiamento de Máquinas e Equipamentos-FINAME	1.056	-	(937)	(40)	35	-	-	114
Financiamento de cana de açúcar	3.336	-	(1.493)	(240)	169	-	-	1.772
Arrendamento Financeiro Canavial - Parceria III	7.576	-	(2.125)	-	-	-	322	5.773
Em 30 de junho de 2016	46.900	38.997	(48.964)	(2.949)	1.932	1.081	322	37.319
	Saldo Anterior	Consolidado						Saldo Final
		Contratação	Pagamento principal	Pagamento Juros	Apropriação de Juros	Variação Cambial	AVP	
Em 30 de junho de 2015								
Financiamento de Custeio Agrícola	25.595	69.652	(58.559)	(3.193)	1.592	-	-	35.087
Financiamento Projeto Bahia (a)	62.618	1.914	(8.166)	(4.527)	5.260	-	-	57.099
Financiamento Capital de Giro	5.066	-	(5.000)	(371)	305	-	-	-
Financiamento Capital de Giro (USD)	4.832	-	(5.990)	(54)	131	1.081	-	-
Financiamento de Máquinas e Equipamentos-FINAME	1.056	-	(937)	(40)	35	-	-	114
Financiamento de cana de açúcar	3.336	-	(1.493)	(240)	169	-	-	1.772
Arrendamento Financeiro Canavial - Parceria III	7.576	-	(2.125)	-	-	-	322	5.773
Em 30 de junho de 2016	110.079	71.566	(82.270)	(8.425)	7.492	1.081	322	99.845

(a) Financiamento para captação de recursos para abertura de áreas e melhorias nas fazendas Jatobá e Chaparral.

Cláusulas restritivas

Os financiamentos estão denominados em Reais e reúnem características próprias e condições definidas em contratos com bancos governamentais de desenvolvimento econômico social, que repassam direta ou

indiretamente os mesmos. Em 30 de junho de 2016, os financiamentos da Companhia não possuíam cláusulas restritivas financeiras, apenas operacionais, com as quais a Companhia encontra-se adimplente.

15. Imposto de renda e contribuição social

15.1 – Tributos Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados quando existe um direito legal de compensar os créditos tributários com os débitos tributários e desde que se refiram à mesma autoridade fiscal e a mesma entidade jurídica.

O exercício fiscal para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição difere do exercício social da Companhia que finaliza em 30 de junho de cada ano.

A composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos e passivos em 30 de junho de 2016 e 30 de junho de 2015 é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Ativo				
Não corrente				
Prejuízos fiscais	42.363	29.061	63.278	46.950
Provisões de contingência, bônus e valor justo	5.210	4.261	8.205	6.794
Hedge	827	1.234	827	1.234
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	404	400	448	448
Diferença no valor de custo das fazendas	170	170	170	170
	48.974	35.126	72.928	55.596
Passivo				
Não corrente				
Ativos biológicos	2.638	1.058	1.330	1.039
Provisão do valor residual – vida útil do ativo imobilizado	1.024	1.478	1.180	1.607
Depreciação acelerada de bens destinados à atividade rural	12.904	8.582	14.065	9.813
	16.566	11.118	16.575	12.459
Saldo líquido	32.408	24.008	56.353	43.137

Período estimado de realização do ativo diferido:

	30/06/2016	
	Controladora	Consolidado
2017	5.620	6.000
2018	6.056	6.390
2019	4.033	5.223
2020	4.527	6.705
2021	5.815	8.833
2022 a 2025	22.923	39.777
	48.974	72.928

15.2 – Despesa de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	12.276	184.869	13.354	190.571
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	34%	34%	34%	34%
	(4.174)	(62.855)	(4.540)	(64.794)
Equivalência patrimonial	4.345	62.400	(174)	(1.481)
Bônus da administração	(1.524)	(1.789)	(1.524)	(1.789)

Efeito líquido de controladas tributadas com base no lucro presumido (*)

Outras adições permanentes

IRPJ e CSLL no resultado do período

Corrente

Diferido

Alíquota efetiva

-	-	3.931	60.123
(351)	(1.815)	(475)	(1.820)
(1.704)	(4.059)	(2.782)	(9.761)
(10.104)	(576)	(15.998)	(9.344)
8.400	(3.483)	13.216	(417)
(1.704)	(4.059)	(2.782)	(9.761)
-14%	-2%	-21%	-5%

(*) Algumas das imobiliárias têm seu imposto de renda apurado no "regime fiscal presumido", pelo qual o imposto de renda é determinado em uma base simplificada para calcular a renda tributável (32% para receitas de arrendamento, 8% para venda de fazenda e 100% para outros rendimentos). Portanto, o resultado tributável de tais subsidiárias é tributado a uma taxa menor que a taxa aplicável ao lucro real.

16. Patrimônio líquido

a) Capital social (em quantidade de ações)

	Número de Ações	
	30/06/2016	30/06/2015
Acionista		
Cresud S.A.C.I.F.Y.A.	23.150.050	23.150.050
Conselho de Administração	600	6.562.500
Diretoria	130.789	4.100
Administradores	131.389	6.566.600
Tesouraria	3.344.211	20.000
Outros	31.600.950	28.489.950
Total ações do capital integralizado	58.226.600	58.226.600
Total de ações em circulação	31.600.950	28.489.950
Ações em circulação como percentual do total de ações(%)	54	49

Em 30 de junho de 2016 e 30 de junho de 2015, o capital social subscrito e integralizado da Companhia era de R\$584.224. A Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social, independente da reforma estatutária, até o limite de R\$3.000.000, mediante deliberação do Conselho de Administração.

b) Bônus de subscrição

Em 15 de março de 2006, o Conselho de Administração aprovou a emissão de 512.000 bônus de subscrição de ações, sendo 256.000 para a primeira emissão, e 256.000 para a segunda emissão, os quais foram entregues aos acionistas fundadores, na proporção de suas participações no capital social da Companhia na data da emissão dos bônus de subscrição. Cada uma das emissões dos bônus de subscrição confere aos titulares dos mesmos o direito à subscrição de ações de emissão da Companhia, no montante equivalente a 20% de seu capital social após o aumento decorrente do exercício integral dos bônus de subscrição de cada emissão.

Os bônus de subscrição da primeira emissão conferem aos seus titulares, a partir das datas em que se tornarem passíveis de exercício, o direito à subscrição de ações de emissão da Companhia mediante o pagamento do preço por ação praticado na oferta pública inicial, sujeito a determinadas regras de atualização e ajuste. Os bônus de subscrição da primeira emissão foram emitidos em três séries, que se diferenciam exclusivamente quanto à data em que tem início o direito de subscrever as ações por

eles conferido.

Excepcionalmente, os bônus de subscrição da primeira emissão poderão ser exercidos por seus titulares nas hipóteses de transferência do controle da Companhia ou aquisição de participação relevante, conforme definido nos termos do ato societário que deliberou a emissão dos bônus de subscrição.

Os bônus de subscrição da segunda emissão conferem aos seus titulares o direito de subscrever ações de emissão da Companhia por até 15 anos, contados da data de publicação do anúncio de encerramento da oferta pública inicial de ações e exclusivamente nas hipóteses de transferência do controle ou aquisição de participação acionária relevante na Companhia, conforme definido nos termos dos bônus de subscrição. Em tais hipóteses deverão ser apresentadas ofertas públicas de aquisição de todas as ações em circulação da Companhia. Para a subscrição de ações objeto dos bônus de subscrição da segunda emissão, os seus titulares estarão obrigados a pagar o mesmo preço por ação praticado nas referidas ofertas públicas de aquisição de ações da Companhia.

As quantidades de ações a serem subscritas conforme os bônus de subscrição serão ajustadas em caso de grupamento ou desdobramento de ações. As informações relacionadas aos bônus de subscrição de segunda emissão estão demonstradas no quadro abaixo:

Brasilagro	Segunda emissão	
	30/06/2016	30/06/2015
Preço de mercado da ação - R\$	11,97	11,15
Vencimento (anos)	15	15
Vencimento (dia/mês/ano)	27/04/2021	27/04/2021
Preço de exercício no encerramento do exercício - R\$/ação	18,20	16,72
Número de ações existentes	58.226.600	58.226.600
Percentual de ações do capital passíveis de conversão (percentagem de capital novo) - %	20	20
Passíveis de conversão no exercício (ações)	356.984	26.366
Quantidade de ações e dos bônus de subscrição em aberto	256.000	256.000

c) Plano de opção de compra de ações - stock option

As informações sobre o programa de opção de compra de ações e emissão de novas outorgas estão descritos na Nota 20.

d) Reserva legal e de retenção para investimento e expansão

Nos termos do artigo 193 da Lei 6.404/76 e artigo 36, alínea (a) do Estatuto Social, 5% (cinco por cento) do lucro líquido da Companhia apurado ao final de cada exercício social, será, obrigatoriamente e antes de qualquer outra destinação, aplicado para a constituição de reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social.

A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício social em que o saldo da reserva, acrescido do montante de reservas de capital de que trata o inciso 1º, do artigo 182, da Lei 6.404/76 e do Estatuto Social da Companhia, exceder 30% (trinta por cento) do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social da Companhia e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

Conforme artigo 36, alínea (c), do Estatuto Social e artigo 196 da Lei 6.404/76, a Companhia poderá destinar a parcela remanescente do lucro líquido ajustado do exercício social findo, à reserva para investimento e expansão.

O saldo das reservas de lucros, excetuadas as reservas de lucros a realizar e as reservas para contingências, não poderá ultrapassar o valor do capital social. Uma vez atingido esse limite máximo, a Assembleia Geral poderá deliberar sobre a aplicação do excesso na integralização, no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

e) Dividendos

Nos termos do artigo 36, do Estatuto Social da Companhia, o lucro apurado no exercício social, terá a seguinte destinação: (a) 5% (cinco por cento) do lucro líquido serão destinados à constituição de reserva legal, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social; (b) 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, após a dedução objeto da letra (a) retro, serão destinados ao pagamento de dividendos obrigatórios e (iii) a parcela remanescente do lucro líquido ajustado, após a dedução objeto da letra (b) retro, poderá ser destinado à reserva de para investimento e expansão.

	30/06/2016	30/06/2015
Lucro líquido do exercício	10.572	180.810
(-) Absorção de prejuízos acumulados	-	(10.988)
Lucro ajustado ao final do exercício	10.572	169.822
 (-) Constituição de reserva legal (5% do lucro líquido)	 (529)	 (8.491)
Lucro líquido ajustado	10.043	161.331
 (-) Dividendos mínimos obrigatórios - 25% do lucro líquido ajustado	 (2.510)	 (40.333)
(-) Dividendos adicionais propostos - 25% do lucro líquido ajustado	-	(40.333)
(-) Dividendos adicionais propostos - 75% do lucro líquido ajustado	(7.533)	-
 Dividendos propostos sobre o lucro líquido ajustado	 (10.043)	 (80.666)
 Constituição de reserva para investimentos e expansão	 -	 80.665
 Dividendo por ação (R\$)	 0,18	 1,39

Durante o exercício findo em 30 de junho de 2016, a Companhia efetuou o pagamento dos dividendos constantes no saldo divulgado no exercício findo em 30 de junho de 2015 no montante de R\$80.665. Em 30 de junho de 2016 a Companhia possui dividendos no montante de R\$2.532, deste montante, R\$21 refere-se à dividendos de exercícios anteriores.

f) Ajuste de avaliação patrimonial

Em 30 de junho de 2016, os efeitos da variação da taxa de câmbio resultante da conversão das demonstrações financeiras da Cresca no exercício totalizou R\$3.737 (R\$27.865 em 30 de junho de 2015), sendo o efeito acumulado de R\$40.005 (R\$36.268 em 30 de junho de 2015).

g) Ações em tesouraria

Em 25 de junho de 2015, o Conselho de Administração aprovou o plano de recompra de ações ordinárias de sua própria emissão para manutenção em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento sem redução do capital social. A movimentação plano de recompra no exercício segue demonstrada abaixo:

Ações em tesouraria	Quantidade de ações	Valor (R\$)
Em 30 de junho de 2015	20.000	224
Aquisições	3.557.900	39.653
Cancelamentos	-	-
Transferências	-	-

Repasse à Diretoria - opção de compra de ações (Nota 20)
Em 30 de junho de 2016

(233.689)	(2.674)
<u>3.344.211</u>	<u>37.203</u>

17. Informações por segmento de negócios

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria-Executiva, responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

As informações sobre segmentos são baseadas em informações utilizadas pela Companhia para avaliar a performance dos segmentos operacionais e tomar as decisões relacionadas à aplicação dos recursos financeiros. A Companhia apresenta cinco segmentos: (i) imobiliário (ii) grãos, (iii) cana-de-açúcar, (iv) pecuária e (v) outros. Os ativos operacionais relacionados a esses segmentos estão localizados somente no Brasil.

O segmento grãos tem como atividade principal a produção e a comercialização dos seguintes produtos: soja e milho.

O segmento cana-de-açúcar inclui a comercialização do produto *in natura*.

O segmento imobiliário apresenta o resultado proveniente das operações com propriedades ocorridas nas subsidiárias da Companhia.

O segmento pecuária consiste em um projeto de produção e venda de bezerras de corte após o desmame, caracterizando-se como atividade de cria.

A seguir as informações selecionadas de resultado e de ativos por segmento, que foram mensuradas de acordo com as mesmas práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras:

	Consolidado 30/06/2016					
	Atividade Agrícola					
	Total	Imobiliária	Grãos	Cana	Pecuária	Outros
Receita líquida	147.128	-	59.372	83.628	-	4.128
Ganho com venda de fazenda	-	-	-	-	-	-
Ganho (perda) de valor justo de ativos biológicos e produtos agrícolas	(8.718)	-	(31.755)	23.447	-	(410)
Reversão de provisão de produtos agrícolas após a colheita	659	-	659	-	-	-
Custo das vendas	(134.714)	-	(52.995)	(75.605)	-	(6.114)
Lucro (prejuízo) bruto	4.355	-	(24.719)	31.470	-	(2.396)
Receitas (despesas) operacionais						
Despesas com vendas	(2.732)	-	(2.680)	-	-	(52)
Despesas gerais e administrativas	(28.944)	-	-	-	-	-
Outras receitas operacionais	2.812	-	-	-	-	-
Equivalência patrimonial	(511)	-	-	-	-	-
Resultado operacional	(25.020)	-	(27.399)	31.470	-	(2.448)
Receitas financeiras líquidas						
Receitas financeiras	192.644	21.781	12.739	-	-	-
Despesas financeiras	(154.270)	(13.945)	(12.971)	-	-	-

Resultado antes dos impostos	13.354	7.836	(27.631)	31.470	-	(2.448)	4.127
Imposto de renda e contribuição social	(2.782)	(2.664)	9.395	(10.700)	-	832	355
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	10.572	5.172	(18.236)	20.770	-	(1.616)	4.482
Total do ativo	853.529	355.076	10.242	58.375	5.773	1.791	30/06/2016 422.272
Total do passivo	167.514	35.907	35.087	49.601	-	-	46.919

							Consolidado
							30/06/2015
	Total	Imobiliária	Atividade Agrícola			Outros	Não Alocado
			Grãos	Cana	Pecuária		
Receita líquida	174.351	-	116.289	52.925	-	5.137	-
Ganho com venda de fazenda	193.464	193.464	-	-	-	-	-
Ganho (perda) de valor justo de ativos biológicos e produtos agrícolas	9.788	-	6.031	4.053	-	(296)	-
Reversão de provisão de produtos agrícolas após a colheita	(3.038)	-	(3.036)	-	-	(2)	-
Custo das vendas	(170.489)	-	(112.714)	(52.799)	-	(4.976)	-
Lucro (prejuízo) bruto	204.076	193.464	6.570	4.179	-	(137)	-
Receitas (despesas) operacionais							
Despesas com vendas	(9.006)	(3.168)	(5.762)	-	-	(76)	-
Despesas gerais e administrativas	(29.360)	-	-	-	-	-	(29.360)
Outras despesas operacionais	(3.422)	-	-	-	-	-	(3.422)
Equivalência patrimonial	(4.355)	-	-	-	-	-	(4.355)
Resultado operacional	157.933	190.296	808	4.179	-	(213)	(37.137)
Receitas financeiras líquidas							
Receitas financeiras	122.552	5.099	15.693	-	-	-	101.760
Despesas financeiras	(89.914)	(6.338)	(17.598)	-	-	-	(65.978)
Resultado antes dos impostos	190.571	189.057	(1.097)	4.179	-	(213)	(1.355)
Imposto de renda e contribuição social	(9.761)	(7.347)	373	(1.421)	-	72	(1.438)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	180.810	181.710	(724)	2.758	-	(141)	(2.793)
Total do ativo	1.017.840	532.925	44.414	44.106	-	1.190	30/06/2015 395.205
Total do passivo	265.734	111.458	25.595	10.912	-	-	117.769

As contas patrimoniais estão representadas principalmente pelas contas “Clientes”, “Ativos biológicos”, “Estoque de produtos agrícolas” e “Propriedades para investimento”.

18. Receitas

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Receitas de grãos	48.195	103.426	62.878	121.791
Receitas de cana	85.916	54.396	85.916	54.396
Receitas de arrendamento	1.225	814	2.260	3.204
Outras receitas	3.745	3.642	4.347	4.374
Receita operacional bruta	139.081	162.278	155.401	183.765
Deduções de vendas				
Impostos sobre vendas	(5.850)	(6.877)	(8.273)	(9.414)
Receita líquida de vendas	133.231	155.401	147.128	174.351

19. Despesas por natureza

	Controladora				Consolidado			
	Custo dos produtos Vendidos	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total	Custo dos produtos Vendidos	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total
Depreciação e amortização	17.755	-	746	18.501	21.211	-	746	21.957
Despesa com pessoal	6.756	-	19.135	25.891	7.320	-	19.135	26.455
Despesa com prestação de serviços	49.657	-	2.821	52.478	53.562	-	2.975	56.537
Arrendamento e alugueis em geral	15.794	-	788	16.582	7.385	-	788	8.173
Custo dos produtos agrícolas	28.074	-	-	28.074	41.924	-	-	41.924
Frete e armazenagem	-	1.701	-	1.701	-	2.418	-	2.418
Provisão para crédito de recebíveis	-	326	-	326	-	(2.686)	-	(2.686)
Perda com recebíveis	-	-	-	-	-	3.000	-	3.000
Manutenção, despesas com viagem e outras	3.030	-	4.231	7.261	3.312	-	5.300	8.612
				150.81				166.39
Em 30 de junho de 2016	121.066	2.027	27.721	4	134.714	2.732	28.944	0
Depreciação e amortização	16.501	-	1.249	17.750	20.973	-	1.249	22.222
Despesa com pessoal	7.111	-	19.627	26.738	8.313	-	19.543	27.856
Despesa com prestação de serviços	41.452	-	3.998	45.450	46.829	-	4.077	50.906
Arrendamento e alugueis em geral	13.244	-	713	13.957	3.931	-	713	4.644
Custo dos produtos agrícolas	70.918	-	-	70.918	86.258	-	-	86.258
Frete e armazenagem	-	5.644	-	5.644	-	6.686	-	6.686
Provisão para crédito de recebíveis	-	(54)	-	(54)	-	2.731	-	2.731
Contratos onerosos	-	(579)	-	(579)	-	(579)	-	(579)
Venda de fazenda	-	-	-	-	-	168	-	168
Manutenção, despesas com viagem e outras	3.598	-	2.730	6.328	4.185	-	3.778	7.963
				186.15				208.85
Em 30 de junho de 2015	152.824	5.011	28.317	2	170.489	9.006	29.360	5

20. Remuneração da Administração

As despesas com remuneração com Administração foram registradas na rubrica de “despesas gerais e administrativas” e são compostas como segue:

	Consolidado	
	30/06/2016	30/06/2015
Remuneração do conselho e diretoria executiva	2.756	3.107
Gratificações	4.483	5.261
Remuneração global	7.239	8.368
Outorga de ações	-	82
	7.239	8.450

A remuneração global dos Administradores e Conselho da Administração da Companhia, para o exercício a findo em 30 de junho de 2016 no valor de R\$11.000, foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de outubro de 2015.

Plano de opção de compra de ações - stock options

Em 11 de agosto de 2010, o Conselho de Administração aprovou a criação do Programa de Outorga de Opções autorizando a diretoria da Companhia a outorgar opções de compra de ações aos beneficiários eleitos nessa ocasião.

No Programa foram estabelecidos os beneficiários, o número de ações que cada um deles poderá adquirir no exercício das opções, o preço de exercício por ação a ser pago em dinheiro pelos beneficiários, e as condições das opções.

As opções de ações a serem outorgadas segundo o Plano poderão conferir direitos sobre um número de ações que não exceda, a qualquer tempo, o montante máximo e cumulativo de 2% das ações de emissão da Companhia, respeitando o preço mínimo da média da cotação das ações da Companhia nos pregões da

Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), ponderada pelo volume de negociação durante os 30 últimos pregões anteriores ao da outorga da opção.

As informações do programa de opção de ações e premissas utilizadas para valorização são como segue:

Data de emissão	segunda outorga	terceira outorga
	03/07/2012	04/09/2012
Preço de exercício (R\$/ação)	8,25	8,52
Preço no Mercado acionário na data da outorga (R\$/ação)	7,69	8,50
Preço de mercado da ação no final do exercício	11,97	11,97
Taxa de juros, isenta de riscos %	9,37	9,12
Tempo contratual de exercício	5 anos	5 anos
Rendimento esperado do dividendo %	0,50	0,50
Volatilidade das ações no Mercado %	41,62	40,50
Quantidade de opções em aberto	206.425	206.425
Quantidade de opções a exercer	206.425	206.425
Valor justo estimado na data da outorga (R\$/ação)	3,60	4,08

A tabela abaixo apresenta a movimentação do plano de opção de compra de ações por outorga:

	primeira outorga	segunda outorga	terceira outorga	Total
Em aberto em 1º de julho de 2014	301.848	260.952	260.952	823.752
Cancelados	-	-	-	-
Expirados	(68.159)	(54.527)	(54.527)	(177.213)
Exercíveis em 30 de junho de 2015 (vested)	233.689	206.425	206.425	646.539
Cancelados	-	-	-	-
Expirados	-	-	-	-
Exercidos	(233.689)	-	-	(233.689)
Exercíveis em 30 de junho de 2016 (vested)	-	206.425	206.425	412.850

21. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Ganho/perda na venda de imobilizado	36	(365)	33	(361)
Baixa Intangível - Contrato Cresca	-	(612)	-	(612)
Provisões para demandas judiciais (a)	2.267	(70)	2.213	(111)
Fazenda Horizontina (b)	(500)	-	(500)	(1.240)
Reversão de arrendamento – Cremaq (c)	-	8.795	-	-
Indenização arrendamento - venda Cremaq (d)	-	2.299	-	-
Fazenda Alto Taquari (Nota 12)	-	-	2.277	-
Outros	(791)	(221)	(1.211)	(1.098)
	1.012	9.826	2.812	(3.422)

- (a) Refere-se principalmente à reversão de provisão de INSS dos membros estrangeiros do Conselho de Administração (Nota 24);
(b) Pagamento referente processo judicial de direitos hereditários sobre parte da Fazenda Horizontina;
(c) Reversão de ajuste de arrendamento pela venda da fazenda Cremaq, referente a linearização do contrato;
(d) Indenização sobre quebra de contrato de arrendamento pela venda da fazenda Cremaq;

22. Receitas e despesas financeiras

		Controladora		Consolidado	
	Notas	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Receitas Financeiras					
Receitas de aplicações financeiras		56.158	15.104	39.509	9.325
Juros ativos		5.167	4.277	5.506	4.637
Variações cambiais		8.716	14.461	8.933	14.720
Realização do valor presente sobre o saldo de contas a receber (a)		1.715	1.228	22.499	41.530
Resultado realizado de operações com derivativos	6	20.588	11.778	77.448	24.204
Resultado não realizado de operações com derivativos	6	38.749	28.136	38.749	28.136
		<u>131.093</u>	<u>74.984</u>	<u>192.644</u>	<u>122.552</u>
Despesas Financeiras					
Despesas de aplicações financeiras		(36.058)	(5.004)	(9.884)	(66)
Despesas bancárias		(365)	(1.295)	(1.405)	(1.674)
Juros passivos		(2.414)	(7.669)	(8.202)	(12.672)
Variações monetárias		(2.444)	(1.224)	(3.164)	(4.190)
Variações cambiais		(8.394)	(7.944)	(8.738)	(8.139)
Realização do valor presente sobre o saldo de contas a receber (a)		(1.944)	(160)	(12.649)	(23.234)
Resultado realizado de operações com derivativos	6	(17.321)	(1.545)	(72.675)	(6.468)
Resultado não realizado de operações com derivativos	6	(37.553)	(33.471)	(37.553)	(33.471)
		<u>(106.493)</u>	<u>(58.312)</u>	<u>(154.270)</u>	<u>(89.914)</u>
Resultado Financeiro		<u>24.600</u>	<u>16.672</u>	<u>38.374</u>	<u>32.638</u>

(a) O valor está demonstrado pelo efeito líquido na demonstração do fluxo de caixa.

23. Lucro por ação

	30/06/2016	30/06/2015
Lucro atribuível aos acionistas controladores	10.572	180.810
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas	58.227	58.233
Efeito da diluição - ações	357	26
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas ajustado pelo efeito da diluição	<u>58.584</u>	<u>58.259</u>
Lucro básico por ação	<u>0,1816</u>	<u>3,1049</u>
Lucro diluído por ação	<u>0,1805</u>	<u>3,1036</u>

24. Provisão para demandas judiciais

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos de natureza cível, ambiental, trabalhista e fiscal e em processos administrativos de natureza trabalhista, fiscal e ambiental. As provisões para as eventuais perdas prováveis decorrentes destas ações e procedimentos são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião dos assessores legais externos.

Riscos prováveis

Em 30 de junho de 2016, a Companhia mantinha uma provisão de R\$1.455 (R\$3.684 em 30 de junho de 2015) no Consolidado, correspondente às ações judiciais e procedimentos administrativos cujo risco de perda foi considerado provável, como abaixo resumido:

	Controladora				Consolidado			
	Trabalhista	Fiscal	Cível	Total	Trabalhista	Fiscal	Cível	Total
Saldos em 30 de junho de 2014	489	2.388	603	3.480	582	2.388	603	3.573

Adições	185	2.093	-	2.278	203	2.093	1.240	3.536
Atualizações Monetárias	44	877	-	921	67	877	-	944
Reversão/Pagamentos	(341)	(2.185)	(603)	(3.129)	(341)	(2.185)	(1.843)	(4.369)
Saldos em 30 de junho de 2015	377	3.173	-	3.550	511	3.173	-	3.684
Adições	855	987	-	1.842	885	987	-	1.872
Atualizações Monetárias	300	361	-	661	324	361	-	685
Reversão/Pagamentos	(577)	(4.209)	-	(4.786)	(577)	(4.209)	-	(4.786)
Saldos em 30 de junho de 2016	955	312	-	1.267	1.143	312	-	1.455

(a) *Riscos trabalhistas*

Em 30 de junho de 2016, a Companhia e suas Controladas, amparada na opinião dos assessores legais externos, apresenta saldo de provisão para as demandas trabalhistas no valor de R\$1.143, referente a reclamações trabalhistas ajuizadas por ex-empregados e terceiros.

(b) *Riscos fiscais*

Em 30 de junho de 2016, a Companhia apresenta saldo de provisão para as demandas fiscais no valor de R\$312. A Administração, suportada pela opinião de seus assessores jurídicos, identificou novas informações acerca da exposição relacionadas à contribuição previdenciária sobre a remuneração paga pela Companhia aos Conselheiros de Administração estrangeiros, que inclui uma jurisprudência análoga favorável, e baseada nessas novas informações, concluiu que tal remuneração não integra a base de cálculo da contribuição previdenciária. Com base nisso, a Companhia reverteu a referida provisão no montante de R\$4.020.

Riscos possíveis

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais de natureza cível, trabalhista, ambiental e fiscal e procedimentos administrativos de natureza fiscal que não estão provisionados, pois envolvem risco de perda classificado pela Companhia e por seus assessores legais externos como possível. As contingências passivas estão assim representadas:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Processos cíveis (a)	11.443	8.606	15.743	13.129
Processos fiscais (b)	8.848	9.275	8.848	9.275
Processos trabalhistas	705	808	705	808
Processos ambientais	279	279	279	279
	21.275	18.968	25.575	23.491

(a) *Processos cíveis*

Em 30 de junho de 2016, a Companhia e suas Controladas possuem demandas judiciais cíveis no valor de R\$15.743, que se referem, principalmente, a ações indenizatórias, bem como a ações declaratórias de nulidade de negócio jurídico, dentre outras.

(b) *Processos fiscais*

Em 30 de junho de 2016, a Companhia e suas Controladas possuem demandas judiciais e administrativas fiscais no valor de R\$8.848, que se referem, principalmente, a processos cujo mérito relaciona-se à: (i) homologação parcial de crédito de saldo negativo de imposto de renda; (ii) anulação de crédito tributário referente às estimativas mensais de IRPJ e CSLL atinentes ao período de janeiro de 2012; e (iii) autos de infração lavrados pelo Fisco objetivando a cobrança de créditos tributários.

Depósitos judiciais

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Processos trabalhistas	307	328	456	328
Processos fiscais	960	864	960	864

Processos ambientais	4.838	4.507	4.838	4.507
Processos cíveis	123	112	123	112
	<u>6.228</u>	<u>5.811</u>	<u>6.377</u>	<u>5.811</u>

25. Compromissos

a) Contratos de fornecimento de cana-de-açúcar entre Brasilagro e Brenco

Para o exercício findo em 30 de junho de 2016, receita líquida de venda da produção de cana da Brasilagro para a Brenco foi de R\$83,6 milhões, representando 57% da receita líquida total da Companhia.

	30 de junho de 2016		30 de junho de 2015	
	Quantidade (Toneladas)	Valor	Quantidade (Toneladas)	Valor
Faturamento bruto de cana	<u>1.075.183</u>	<u>85.916</u>	<u>830.204</u>	<u>54.396</u>

O preço da tonelada da cana de açúcar entregue foi calculado com base no Açúcar Total Recuperável (ATR) apurados nas datas de venda.

Há um saldo futuro a entregar de cana, cujas estimativas de quantidade e valores são de difícil determinação considerando os cenários de oscilação de valores de mercado e produtividade da colheita.

b) Contrato de arrendamento Parceria (II)

	Consolidado	
	30 de junho 2016	30 de junho 2015
Contrato de arrendamento	<u>2.150</u>	<u>307</u>

Este contrato de parceria atende à definição de leasing operacional. O pagamento será realizado sempre em espécie (grãos de soja), a ser depositado até o dia 30 de junho de cada ano-safra. A quantidade de sacas a serem pagas durante a vigência do contrato pode variar em função de duas variáveis: a produtividade e a área efetivamente plantada. De acordo com esse contrato a quantidade mínima a ser paga no longo prazo corresponderia a 479.181 sacas, sendo 59.898 sacas de soja em até um ano, 299.488 sacas de soja entre um e cinco anos e 119.795 sacas de soja com mais de cinco anos até a conclusão do contrato.

c) Contrato de parceria agrícola de cana-de-açúcar

Em 08 de maio de 2015 a Companhia celebrou três acordos com a Brenco.

O primeiro acordo trata da subparceria rural para operar nove fazendas, no estado do Mato Grosso. A subparceria tem início na data de sua assinatura e seu término está previsto para 31 de março de 2026. Este contrato de parceria atende à definição de leasing operacional. O pagamento será realizado sempre em espécie (toneladas de cana-de-açúcar). De acordo com esse contrato a quantidade a ser paga no longo prazo corresponde a 529.975 toneladas, sendo 174.929 toneladas entre um e cinco anos e 355.046 toneladas com mais de cinco anos até a conclusão do contrato.

O segundo acordo trata da regulação de direitos e obrigações entre parceiros agricultores, onde a Brasilagro adquiriu as lavouras de cana-de-açúcar plantadas pela Brenco nas propriedades objeto do contrato de subparceria descrito acima. Este contrato atende à definição de leasing financeiro. O

pagamento será realizado sempre em espécie (toneladas de cana-de-açúcar), a serem entregues na usina pertencente à Brenco durante o período de colheita do produto. De acordo com esse contrato a quantidade a ser paga no longo prazo corresponde a 82.118 toneladas, sendo 33.588 toneladas em até um ano, 48.530 toneladas entre um e cinco anos.

	Consolidado	
	30 de junho 2016	30 de junho 2015
Arrendamento Financeiro (canavial)	5.773	7.576

26. Transações com partes relacionadas

a) Composição dos saldos com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos, assim como os que influenciaram o resultado do exercício, decorreram de transações entre a Companhia e suas controladas, considerando os respectivos tipos de operações, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Ativo Circulante				
Contas a receber - aluguéis e compartilhamento a receber (i)	26	518	-	-
Dividendos a receber (ii)	4.527	166.191	-	-
Cresud (iii)	1.249	898	1.065	856
Outros (iv)	-	2.299	-	-
	5.802	169.906	1.065	856
Ativo não Circulante				
Cresca (v)	44.363	39.060	44.363	39.060
Passivo circulante - fornecedores				
Arrendamentos a pagar (vi)	4.902	4.295	-	-
Cresud (iii)	536	480	536	480
Outros (viii)	-	1.306	-	-
	5.438	6.081	536	480
Resultado				
Arrendamentos				
Imobiliária Cremaq (vi)	-	(2.906)	-	-
Imobiliária Araucária (vi)	(3.053)	(2.093)	-	-
Imobiliária Cajueiro (vi)	(2.838)	(1.900)	-	-
Imobiliária Mogno (vi)	(2.069)	(1.476)	-	-
	(7.960)	(8.375)	-	-
Compartilhamentos				
Jaborandi Ltda (i)	-	19	-	-
Jaborandi S/A (i)	501	729	-	-
Imobiliária Cremaq (i)	37	53	-	-
Imobiliária Araucária (i)	54	53	-	-
Imobiliária Mogno (i)	54	53	-	-
Imobiliária Cajueiro (i)	54	53	-	-
Imobiliária Flamboyant (i)	-	3	-	-
	700	963	-	-
Cresud (vii)	-	(2.383)	-	(2.383)
Indenização Distrato Arrendamento (iv)	-	(2.299)	-	-
Reversão Contrato de Arrendamento (ix)	-	(8.795)	-	-
Futuros e opções	(7)	(138)	(7)	(138)
	(7.267)	(21.027)	(7)	(2.521)

(i) Contratos de compartilhamento de estrutura física - a Companhia compartilha um espaço físico e presta serviços financeiros e contábeis para as imobiliárias e a Jaborandi Ltda. cobrando valores de aluguel e de serviços prestados acordados entre as partes;

(ii) Dividendos a receber da imobiliária Cremaq;

- (iii) Despesas e receitas referente Due Diligence de novas aquisições, implantação de sistema de controles e orçamento e reembolso de despesas gerais;
- (iv) Indenização a receber da Imobiliária Cremaq pela quebra de contrato de arrendamento devido a venda da fazenda Cremaq;
- (v) Contas a Receber da Cresca por assunção de financiamento junto à empresa Helmir - R\$38.517, atualizada com base na variação cambial (US\$) e com juros 12% a.a.; e Mútuo a Receber de Cresca concedido em 23/12/2013 no montante de R\$5.846, com juros de 12%a.a. e prazo de vencimento indeterminado;
- (vi) Contratos de arrendamento - as imobiliárias possuem contratos de arrendamento com a Companhia, utilizando como premissas para atualização o preço da soja cotado em mercado ativo;
- (vii) Financiamentos pagos integralmente à Cresud, sendo: R\$18.037 descontado ao valor presente, vencimento em 12/12/2014, atualizada com base na variação cambial (US\$) e juros de 7,0%a.a.; Aquisição 50% de participação em joint venture à pagar à Cresca - R\$10.663 descontado ao valor presente, vencimento em 12/12/2014, atualizada com base na variação cambial (US\$) e juros de 7,0%a.a.;
- (viii) Venda de mercadorias com sua subsidiária Jaborandi Ltda;
- (ix) Reversão do contrato de arrendamento da imobiliária Cremaq com Brasilagro.

As transações com partes relacionadas são realizadas no curso dos negócios da Companhia e, em condições acordadas entre as partes.

Em 30 de junho de 2016, não houve a necessidade de provisão para créditos de liquidação duvidosa envolvendo operações com partes relacionadas.

27. Seguros

A Companhia e suas controladas mantém seguros (i) de responsabilidade civil com cobertura para todos os funcionários ativados em suas fazendas, (ii) sobre maquinários, (iii) de vida, à todos os funcionários, bem como (iv) o seguro "D&O" (Diretores e Ofícios), para seus diretores e demais membros da administração da Companhia. A cobertura contratada é considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. A Companhia avaliou o risco dos prédios e instalações das fazendas de propriedade do Grupo, assim como de seus estoques e ativos biológicos e concluiu não haver necessidade de seguros de outras naturezas em função da baixa probabilidade de riscos.

Segue abaixo quadro demonstrativo das responsabilidades cobertas por seguros e os respectivos montantes em 30 de junho de 2016:

Modalidade seguro	Cobertura R\$
Responsabilidade Civil (D&O)	30.000
Responsabilidade Civil, Profissional e Geral	5.000
Maquinário	3.405
Incêndio/Raio/Explosão/Danos Elétricos(escritório)	600
Silo de Armazenagem (Fazenda Chaparral)	12.700
	51.705